



JOÃO PAULO DELLASTA DO NASCIMENTO

**O PADRÃO DE COMPETIÇÃO BIPOLAR DAS ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS NO BRASIL (1989-2018)**

PORTO ALEGRE-RS

2021

JOÃO PAULO DELLASTA DO NASCIMENTO

O PADRÃO DE COMPETIÇÃO BIPOLAR DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS
NO BRASIL (1989-2018)

Dissertação de Mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Linha de Pesquisa Instituições Políticas e Estudos sobre Elites, com orientação do Prof. Dr. Paulo Sergio Peres.

PORTO ALEGRE-RS

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Nascimento, João Paulo Dellasta do
O PADRÃO DE COMPETIÇÃO BIPOLAR DAS ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS NO BRASIL (1989-2018) / João Paulo
Dellasta do Nascimento. -- 2021.
54 f.
Orientador: Paulo Sérgio Peres.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Eleições Presidenciais. 2. Nova República . 3.
Ideologia. 4. Formato da competição. 5. Partidos
Políticos. I. Peres, Paulo Sérgio, orient. II.
Título.

JOÃO PAULO DELLASTA DO NASCIMENTO

O PADRÃO DE COMPETIÇÃO BIPOLAR DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS
NO BRASIL (1989-2018)

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Defendida e Aprovada em 13 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Sérgio Peres (UFRGS)
Presidente da Banca

Dr.^a Cristiana Maglia (NUPI)

Dr.^a Denise Paiva (UFG)

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira (PUCRS)

Prof.^a Dr.^a Silvana Krause (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Sem minha família nada disso seria possível. Agradeço imensamente o apoio a realização de mais um sonho, em especial aos meus pais, Paulo Henrique e Dóris Mariza, são exemplos para mim, pessoas incríveis que sempre estiveram ao meu lado.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, a bolsa de fomento foi fundamental para que alcançasse os resultados aqui dispostos nessa dissertação.

Gostaria de parabenizar também à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, espaço colaborativo de construção de conhecimento que me faz acreditar ainda mais no ensino público, gratuito, universal e de qualidade como peça fundamental de uma sociedade que pretenda ser melhor. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, professores, técnicos e funcionários.

Ao meu orientador Prof. Paulo Sergio Peres, fica meu reconhecimento e gratidão pela constante presença durante todo o percurso, como orientador e como amigo. Agradeço ainda aos professores do departamento que ajudaram ao longo da minha trajetória acadêmica, Profa. Dra. Silvana Krause, pelas contribuições e parcerias, principalmente ao ministrar a disciplina de partidos políticos, fundamental em minha formação, além de participação em minha banca de defesa e de qualificação, ao Prof. Dr. Bruno Schaefer pelo curso de R que me ajudou muito na superação de dilemas com a linguagem de programação. Um agradecimento importante aos demais membros da banca pelas leituras atentas e muito solidárias, Profa. Dra. Cristiana Maglia, Profa. Dra. Denise Paiva e Prof. Dr. Rafael Madeira.

Merece minha menção o afeto e conselhos dos meus queridos amigos, Guilherme Cardoso, Caio Cardoso, Lina Penatti, Gabriel Patriarca e Beatriz Melo, e aos meus colegas de pós-graduação, os quais de uma forma ou de outra foram importantíssimos para o meu desenvolvimento como pesquisador. Em especial fica o agradecimento ao meu amigo Lucas Pilau, que acolheu um paulista perdido em Porto Alegre, espero levar sua amizade para a vida.

Não posso deixar de agradecer aos colegas da Representação discente, pude fazer parte da equipe durante uma gestão e com isso aprendi muito, as demais gestões agradeço o alicerce dado a mim e aos demais estudantes.

A minha namorada Helena, fica meu amor e carinho.

RESUMO

Para diversos analistas, a eleição presidencial de 2018 interrompeu o padrão de competição bipolar que estruturava a política brasileira da Nova República. O PSDB perdeu a sua condição de protagonista e o PT perdeu grande parte do seu apoio eleitoral. O partido vencedor, até então, era inexpressivo e sem recursos, o seu candidato adotou um discurso radical de direita com elementos autoritários. A proposta deste estudo é examinar quais aspectos do padrão de competição até então vigentes foram alterados e quais persistiram. Para isso, a competição presidencial é analisada com uma abordagem sistêmica que avalia indicadores qualitativos e quantitativos de suas múltiplas dimensões. Os resultados mostram que o padrão de competição bipolar se manteve, numa estrutura multipartidária moderada, mas essa polarização se radicalizou à direita, devido à substituição do PSDB por um partido e uma candidatura de extrema-direita.

Palavras-Chave: Eleições Presidenciais; Competição; Bipolaridade; Ideologia Partidária.

ABSTRACT

For several analysts, the 2018 presidential election interrupted the pattern of bipolar competition that structured Brazilian politics in the New Republic. The PSDB lost its leading role and the PT lost a large part of its electoral support. The winning party, until then, was inexpressive and without resources, its candidate adopted a radical right-wing speech with authoritarian elements. The purpose of this study is to examine which aspects of the competition pattern in force until then were altered and which persisted. For that, the presidential competition is analyzed with a systemic approach that evaluates qualitative and quantitative indicators of its multiple dimensions. The results show that the pattern of bipolar competition remained, in a moderate multi-party structure, but this polarization became radicalized to the right, due to the replacement of the PSDB by a party and an extreme right-wing candidacy.

Keywords: Presidential Elections; Competition; Bipolarity; Party Ideology.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	10
2.1 Definição Conceitual	11
2.2 Operacionalização Empírica.....	12
2.2.1 Indicadores Quantitativos do Formato Sistêmico	12
2.2.2 Indicadores Qualitativos do Formato Sistêmico.....	17
3. ANÁLISE CLASSIFICATÓRIA DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS	26
4. CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	39
ANEXO. 1	43

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E FLUXOGRAMAS.

Fluxograma 1 - Modelo de Análise Multidimensional do Padrão de Competição.....	26
Gráfico 1 - Classificação Ideológica dos Partidos Brasileiros pela Escala RILE, Eleições presidenciais de 1989 a 2018	22
Gráfico 2 - Classificação Ideológica dos Programas Partidários	36
Quadro 1 - Classificação da Fragmentação Eleitoral por Intervalos do NEP.....	12
Quadro 2- Classificação da Votação Conjunta como Concentração do Mercado Eleitoral	15
Quadro 3 - Classificação Intervalar do Índice de Competitividade Pareada	16
Quadro 4 - Escala Adotada no Modelo de Análise dos Programas Partidários	24
Quadro 5 - Número de Páginas dos Documentos Partidários Analisados (1989-2018)25	
Quadro 6 - Eleições para Presidente da República, Primeiro Turno [1989-2018].....	31
Quadro 7 - Classificação do padrão de Competição das Eleições Presidenciais	34
Quadro 8 - Variáveis de Direita das Escalas RILE, Tarouco e Madeira e deste Estudo.	43
Quadro 9 - Variáveis de Esquerda das Escalas RILE, Tarouco e Madeira e deste Estudo	44
Quadro 10 - Definição dos códigos utilizados na escala Esquerda-Direita segundo o livro de códigos do CMP-MARPOR.....	50

1. INTRODUÇÃO

A vitória de Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2018 surpreendeu diversos analistas políticos. Em primeiro lugar, além da sua longa e inexpressiva carreira parlamentar, fartamente envolta em polêmicas e com abundantes posicionamentos autoritários, Bolsonaro concorreu por um partido de pouca estrutura organizacional e desprovido de recursos.¹ Em segundo lugar, a sua campanha vitoriosa interrompeu a série histórica de disputas tidas como cristalizadas entre o PSDB e o PT.² Devido a isso, vários analistas concluíram que o processo eleitoral de 2018 foi *sui-generis* principalmente porque interrompeu a bipolaridade partidária que estruturava a competição política na Nova República (CF. MOURA E CORBELLINI, 2019; NICOLAU, 2019).³

Sem dúvida, como já demonstrado em diversos estudos, o PSDB e o PT predominaram sobejamente nas eleições presidenciais até 2018 (CORTEZ, 2009; LIMONGI E CORTEZ, 2010; MELO, 2010; MELO E CÂMARA, 2012; SANDES-FREITAS

¹ Estudos recentes mostram que, na verdade, houve abundantes recursos não-visíveis que catapultaram a sua campanha, que usou largamente as redes sociais como meio de comunicação com os eleitores e de disseminação de *fake news* (Dourado, 2020; Azevedo, 2021). Além do apoio de líderes religiosos e de Igrejas conservadoras, o mundo empresarial aderiu maciçamente à candidatura, especialmente no segundo turno. Mas, o patrocínio mais consistente e antigo à candidatura veio de comandantes das Forças Armadas, principalmente do Exército, que voltou ativamente à cena política brasileira desde 2014 e que ocupou amplamente o governo a partir de 2016, ainda na administração de Michel Temer (cf. MARTINS, 2021).

² No debate público, uma das vozes mais frequentes a defender essa perspectiva é a do filósofo Marcos Nobre. Primeiro, ainda em 2010, considerou que a polarização PSDB-PT não era a real força hegemônica da política nacional, mas sim o que chamou de pemedebismo: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fim-da-polarizacao/>>. Depois, no final de 2018, concluiu que a vitória de Bolsonaro colapsou a polarização e o pemedebismo: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/14/politica/1542228843_630245.html>. Em realidade, segundo ele, o resultado daquela eleição foi o resultado do processo de solapamento das instituições: <<https://www.scielo.br/j/jnec/a/FCgvDvYKqnnLnMmzYcH5rnd/?format=pdf&lang=pt>>.

³ Alguns, mais pessimistas, chegaram a afirmar que havia se esgotado o pacto constitucional da Nova República, precipitado pela grave crise política que se abateu sobre o país desde 2013, e que culminou com o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. Por exemplo, Fernando Haddad, em entrevista à revista Exame, em 14 de maio, avaliou que “a Nova República terminou”: <<https://exame.com/brasil/acho-que-a-nova-republica-terminou-diz-fernando-haddad/>>. Anos antes, numa entrevista concedida ao portal UOL, em 15 de março de 2015, Vladimir Safatle, filósofo e ativista político, publicou um texto na revista Carta Capital com o mesmo teor: <<https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2015/03/a-nova-republica-acabou-2162/>>. Em um pequeno artigo, publicado na plataforma Política Social, em 23 de maio de 2016, o cientista político Leonardo Avritzer, ao refletir sobre a abertura do processo de *impeachment* de Dilma, já afirmava o mesmo: <<https://plataformapoliticassocia.com.br/o-fim-da-nova-republica/>>. Em 4 de fevereiro de 2019, o tradicional político Moreira Franco fez idêntica constatação, ressaltando os seus impactos no MDB: <<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/02/04/a-nova-republica-acabou-e-o-mdb-sofreu-a-consequencia-diz-moreira-franco/>>.

E BIZZARRO, 2014; LIMONGI E GUARNIERI, 2014, 2015; GUARNIERI, 2015; SANDES-FREITAS, 2015; PERES 2015). O PT chegou ao segundo turno em 1989, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018, assegurando a vitória em quatro pleitos consecutivos, de 2002 a 2014. Em 1994 e 1998, embora não tenha conseguido provocar o segundo turno, a candidatura petista foi a segunda mais competitiva. Nessas duas eleições de apenas um turno, o PSDB alcançou as suas duas únicas vitórias, mas esteve presente em todos os segundos turnos, exceto em 1989 e 2018. Desse modo, descartando-se a primeira eleição do período, o PSDB liderou o polo oposto ao PT até a última corrida presidencial, quando perdeu o posto para o PSL. Contudo, dados esses parâmetros, é mesmo válido concluir que eleição de 2018 pôs fim ao padrão da competição pelo Palácio do Planalto?

Para responder a essa pergunta, obviamente, temos que saber qual era o padrão que vigorava até aquele momento. Entretanto, são escassos os estudos empíricos que se dedicaram a analisar os padrões de competição eleitoral (LIMA JR. 1983, 1997; CAMMACK E LAVAREDA, 1991), principalmente no caso da disputa Presidencial. Sequer dispomos de um mapeamento analítico das características que expressam qualquer padrão de competição. Mais ainda, o que se entende por padrão de competição? E, ainda, a competição bipartidária é equivalente à competição bipolar? Como já estabelecido na literatura especializada, a polarização pode assumir diversas características qualitativas, envolvendo alinhamentos religiosos, classistas, identitários, ideológicos, e assim por diante (LIPSET AND ROKKAN 1967; DUVERGER 1970). Em termos quantitativos, a polarização pode apresentar gradações, de moderada até radicalizada (SARTORI, 1976). Por exemplo, uma competição pode ter um padrão bipartidário em que as forças não são tão polarizadas, diferenciando-se, assim, de um padrão bipartidário em que as duas legendas que dominam o mercado eleitoral estão mais distantes uma da outra, ocupando polos que podem se deslocar para os extremos opostos. Nesse caso, a disputa política não será apenas polarizada, mas radicalizada.

Em suma, a competição pode ser bipartidária e multipolar, desde que as siglas que protagonizam a disputa variem de eleição para eleição, cada qual com um programa diferente. Em outros termos, em todas as eleições sempre haverá um número efetivo de partidos em torno de 2, mas os partidos que ocupam essas posições

mudam o tempo todo, mobilizando programas específicos. Da mesma forma, podemos ter competição multipartidária e bipolar, pois os diversos partidos que conseguem votações expressivas podem defender programas bastantes próximos, agrupáveis em dois polos temáticos. Também pode haver uma competição bipartidária e bipolar, tanto com variação dos partidos que ocupam as posições principais como com a persistência de duas siglas; para isso, basta que os programas ou os discursos políticos sejam basicamente os mesmos, seja com mudança das siglas ou com sua recorrência.

O caso brasileiro se enquadra em qual desses perfis? Não há como responder a tal questão de maneira segura sem a devida investigação do formato do subsistema partidário relativo às eleições Presidenciais. Sem parâmetros classificatórios, qualquer conclusão mais taxativa a respeito da interrupção do padrão da competição para Presidente em 2018 será ou inconsistente ou incompleta. O problema que motivou a realização do presente estudo é precisamente este: que padrão de competição caracteriza a concorrência pela Presidência da República e, em que medida, a eleição de 2018 provocou a sua alteração? Diante disso, dois objetivos foram almejados: (a) construir um modelo de análise que contempla uma definição conceitual de padrão de competição e a sua operacionalização empírica e (b) examinar as eleições presidenciais brasileiras de 1989 a 2018 com esse enquadramento para responder à pergunta-problema da pesquisa.

Como mostram os indicadores das variadas dimensões do padrão de competição alguns dos seus aspectos persistiram e outros se alteraram. A fragmentação eleitoral permaneceu reduzida, resultando num formato multipartidário moderado, com a recorrência de três partidos/candidaturas principais. Permaneceu também o perfil bipolar da disputa, com a competição mais acirrada entre duas siglas, dentre elas, a ubíqua presença do PT. A partir de 1994, a bipolaridade foi dominada pelo PT e o PSDB, que alternaram vitórias consecutivas e que tiveram maior predomínio do Partido dos Trabalhadores. Esse padrão bipolar se expressou não apenas pela recorrência das siglas, mas pelo posicionamento ideológico de cada uma delas, que representaram programas específicos perante o eleitorado. O PT se consolidou como o líder do polo da centro-esquerda e, o PSDB, da centro-direita, em disputas moderadas voltadas mais para o centro do que para os extremos.

Mas, a eleição de 2018 trouxe duas alterações no padrão de competição para Presidente —uma das siglas, o PSDB, foi substituída por outra, o PSL, e, o que é mais relevante, a liderança do polo de oposição ao PT, agora sob a incumbência de Bolsonaro, deslocou a polarização para a extrema-direita. Como o posicionamento do PT ficou praticamente inalterado, é possível inferir que, embora a competição bipolar tenha se mantido, a polarização foi radicalizada à direita. Sendo assim, não é possível afirmar que a eleição de 2018 interrompeu a polarização que caracteriza a corrida presidencial, mas sim que aquela disputa levou essa polarização a uma radicalização que deslocou a maioria do eleitorado para a extrema-direita. Para chegar a esses resultados, foi construído um modelo de análise focado em alguns atributos qualitativos e quantitativos do sistema partidário.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A resolução do problema proposto neste estudo envolveu o desenvolvimento de um modelo de análise multidimensional do formato que o sistema partidário assumiu na competição eleitoral para Presidente da República. Vasculhada a produção acadêmica sobre o tema, foram identificadas duas lacunas cujo preenchimento era indispensável ao exame mais criterioso da alegada interrupção do padrão dessa competição em 2018. A primeira, mais básica, é a definição do que se pode entender por *padrão de competição* —apesar da reiterada menção à expressão em diversas análises, inclusive as de caráter comparado, o seu significado operacional ainda não havia merecido a devida atenção dos pesquisadores. Obviamente, sem alguma clareza sobre o que se quer dizer com esse termo, não há como estabelecer parâmetros consensuais para qualquer diagnóstico mais detalhado. Mais especificamente: é impossível saber se houve mudança no *padrão de competição* porque não dispomos de informações sobre o *padrão de competição* até então vigente.

Decorrência necessária da ausência de definição conceitual, a segunda lacuna é de natureza metodológica —trata-se da operacionalização das variáveis e dos seus respectivos indicadores. Via de regra, os analistas costumam restringir os seus escopos observacionais às personalidades que concorrem e, algumas vezes, embora de maneira um tanto vaga, aos seus discursos. Por consequência, o ambiente que circunda essas lideranças políticas, nomeadamente o sistema partidário, fica em segundo plano.

Porém, sem ter em conta o nível sistêmico da competição, quaisquer conclusões a respeito do seu perfil carecem de lastros teóricos e empíricos mais consistentes. Com efeito, tampouco basta averiguar algum aspecto mais ou menos visível desse processo, pois, dada a mencionada sistematicidade do fenômeno, a sua abordagem deve abarcar as suas múltiplas dimensões.

2.1. Definição Conceitual

Para superar a lacuna conceitual, este estudo propõe que o padrão de competição deve ser compreendido como a expressão de um conjunto de atributos quantitativos e qualitativos do sistema partidário ao longo de uma determinada sequência de eleições. Ou seja, o padrão corresponde ao perfil sistêmico delineado pela interação competitiva dos partidos/candidaturas num dado ambiente eleitoral e num determinado espaço de tempo. Tais atributos correspondem ao que a tradição teórica dessa agenda de investigação denominou de formato do sistema de partidos,⁴ que, além de se manifestar em variadas dimensões, adquire feições que variaram de acordo com a fórmula eleitoral e a quantidade de vagas disponíveis para cada cargo.⁵ Além disso, devido ao seu caráter multifacetado, enquanto alguns aspectos desse formato podem se alterar, outros podem persistir.⁶ Como se pode notar, essa definição

⁴ Em princípio, o padrão de competição também expressa as características dinâmicas do sistema partidário. No entanto, este estudo não abordará essas dimensões porque elas não dialogam diretamente com as constatações dos analistas sobre a suposta quebra do padrão da competição pela Presidência da República em 2018. No geral, os indicadores dinâmicos são a volatilidade eleitoral e o grau de nacionalização/regionalização partidária, mais comumente calculados com as votações para o Legislativo.

⁵ Lima Jr. (1983) apontou, pioneiramente, o caráter multifacetado dos sistemas partidários. Sua análise mostrou que em cada distrito eleitoral pode emergir um formato sistêmico diferente, o que permitiria a identificação de subsistemas partidários. Embora a concepção de subsistemas seja questionável (CF. PERES, KRAUSE E NASCIMENTO, 2021), a sua análise da fragmentação eleitoral no período de 1945-64 comprovou a coexistência de formatos diferentes nas unidades da federação. Além disso, estudos recentes mostraram que os formatos sistêmicos, medidos tanto pelo *número efetivo de partidos* como pelo *índice de volatilidade eleitoral*, também podem variar de acordo com o cargo em disputa dentro de uma mesma unidade federativa (PERES, KRAUSE E NASCIMENTO, 2021; RIBAS, 2020; SANTOS, 2019).

⁶ Peter Mair foi o primeiro especialista a chamar a atenção para a necessidade de se examinar a evolução dos sistemas partidários como um processo de mudanças e continuidades como transformações adaptativas dos partidos ao ambiente eleitoral (MAIR, 1997, 1993, 1990^a, 1990^b, 1983; MAIR, MÜLLER AND PLASSER, 2004^a, 2004^b). Inclusive, o autor organizou obras coletivas com estudos que seguiram esse enfoque para examinar diversos países europeus (MAIR, MÜLLER AND PLASSER, 2004^c; MAIR AND SMITH, 1990; DAALDER AND MAIR, 1983). Portanto, rupturas estruturais abruptas são raras, mais comuns em situações de golpes de Estado ou grandes convulsões sociais. Em contextos democráticos, as mudanças costumam ser parciais e gradativas, como seria de se esperar no caso das eleições

conceitual é sistêmica, o que exige uma operacionalização dos seus indicadores numéricos e categóricos condizente com os atributos quantitativos e qualitativos que emergem da interação partidária.

2.2. Operacionalização Empírica

2.2.1. Indicadores Quantitativos do Formato Sistêmico

No que se refere aos atributos quantitativos, duas variáveis são contempladas no modelo de análise: (1) *fragmentação eleitoral* e (2) *competitividade eleitoral*. O indicador utilizado para capturar a *fragmentação* é o *número efetivo de partidos* [NEP],⁷ cujos valores são tomados como subsídios para uma classificação do formato sistêmico frequentemente utilizada desde Duverger (1951) —unipartidarismo, bipartidarismo e multipartidarismo. Entretanto, como em sistemas multipartidários o NEP pode variar consideravelmente, esta análise adota, por convenção,⁸ uma classificação gradativa de acordo com os intervalos de valores exibidos no **Quadro 1**. Conseqüentemente, o bipartidarismo e o unipartidarismo também devem ser abarcados pela categorização intervalar.

Quadro 1 - Classificação da Fragmentação Eleitoral por Intervalos do NEP

	Intervalos do NEP	Categorias
Classificação	≥8,6	Multipartidarismo Extremado
	5,6 – 8,5	Multipartidarismo Elevado
	2,6 – 5,5	Multipartidarismo Moderado
	1,6 – 2,5	Bipartidarismo
	≤1,5	Monopartidarismo

Fonte: Elaboração própria

presidenciais brasileiras do período recente. Este estudo segue essa perspectiva e procura discriminar os aspectos sistêmicos que sofreram mutação, por um lado, e, por outro, os que persistiram.

⁷ Proposta por Laakso and Taagepera (1979), a fórmula do índice é a seguinte: $N=1/\sum V_i^2$, em que V é a proporção de votos recebidos pelos partidos individualmente. Esse índice recebeu duras críticas (Santos, 2004) e uma proposta alternativa de mensuração que procurou sanar algumas de suas deficiências (Golosov, 2010), porém, ainda é o mais utilizado nas análises comparadas.

⁸ Por convenção significa a adesão ao que é usualmente adotado por parte da literatura, por exemplo Lima Jr. (1983), Ribas (2000) e Paiva e Petraviesca (2021).

Em relação à variável *competitividade*, são indispensáveis dois requisitos referentes à *competição eleitoral*. O primeiro deles, formal, é a existência de legislação que assegure a livre concorrência pelos cargos eletivos; o segundo é a apresentação de pelo menos duas candidaturas realmente empenhadas em angariar apoio eleitoral suficiente para vencer a eleição. Sem esses requisitos formais, inexistente *competição*, e, desse modo, sequer é cogitável supor qualquer situação de *competitividade*. Essa distinção é relevante porque a ausência de restrições normativas à concorrência, por si mesma, não garante que as forças políticas adversárias disponham dos mesmos recursos e, portanto, sejam igualmente capazes de buscar a vitória. Em outras palavras, embora possa haver *competição* sem *competitividade*, não há *competitividade* sem *competição*.

Uma vez assegurada a *competição* —que, inclusive, é um dos requisitos básicos das democracias representativas (cf. DAHL, 1997)—, o próximo passo é avaliar se existe *competitividade eleitoral* e, no caso de existir, qual o seu nível. Do ponto de vista lógico, essa *competitividade* se exprime pela capacidade dos competidores alcançarem o cargo almejado. Aqui, vale uma analogia: numa corrida atlética com vários competidores, a *competitividade* poderia ser capturada pelo cálculo da distância média de todos eles, uns em relação aos outros, no momento em que o primeiro colocado cruzou a linha de chegada.

Aplicando o mesmo raciocínio à corrida eleitoral, podemos supor que a *competitividade* depende da distribuição relativa dos votos recebidos pelos partidos/candidatos. Contudo, seja nas corridas eleitorais ou em quaisquer outras, há um problema metodológico a ser evitado na mensuração da *competitividade*, que é a distância entre os competidores —mais diretamente, a lonjura dos corredores retardatários em relação aos mais bem posicionados. No caso das eleições, as proporções de votos recebidos pelos partidos costumam ser muito díspares, de maneira que a inclusão de todos os corredores no cálculo impactaria demasiadamente a média, ou qualquer índice agregado, e, com isso, distorceria o que se pretende estimar. Ademais, esse tipo de procedimento desviaria o foco do que é o principal da análise, que não é avaliar a *competitividade* da corrida como um todo, mas sim dos corredores que disputaram a primeira colocação de maneira mais acirrada.

Com efeito para que a *competitividade* seja capturada, é preciso isolar o grupo de concorrentes mais aguerridos do grupo dos “retardatários”. Uma maneira de contornar esse problema é tomar os valores do NEP para deputar quantos partidos concentram mais votos e, com base nisso, identificar as respectivas siglas. Esse procedimento, no entanto, não é imune a objeções críticas, como mostrou o debate de alguns anos atrás entre Wanderley Guilherme dos Santos e Jairo Nicolau a respeito da fragmentação partidária do período de 1945-66 (NICOLAU, 2004).⁹ Concordando com as objeções de Santos (2004), Nicolau (2005, p. 601) observou que “os valores do NEP são um construto matemático, por isso, (...) é um equívoco grave, sabendo que, em um parlamento com NEP igual a 3,2, tentar identificar quais seriam os três partidos efetivos” (idem, p.601).

Sem adentrar na technicalidade dos fundamentos da fórmula, que estão na base dessa polêmica, este estudo considera que, a despeito de não ser um indicador de efetividade dos partidos, mas sim do seu número efetivo, o NEP é uma *proxy* válida para apontar a quantidade aproximada de legendas que concentram a maioria dos votos numa dada eleição. Se o NEP for igual a 3, por exemplo, podemos inferir que há três forças que receberam maior apoio eleitoral, e, dada essa indicação, é razoável inferir que existem três forças partidárias mais competitivas. Nesse caso, não é plausível supor que se os três partidos mais votados tenham sido A, B e C, também deveríamos considerar que os partidos F, G e H, com proporções de voto muito pequenas, sejam competidores equivalentes. Em resumo, não se trata de inferir a efetividade partidária, mas de isolar as forças com maior inserção no mercado eleitoral. Para reforçar o NEP como *proxy* das legendas mais competitivas, o modelo inclui a somatória da votação das principais candidaturas. Essa votação conjunta mostra o nível de concentração do mercado eleitoral em tais siglas, cuja classificação, por esse critério, obedece às escalas intervalares dispostas no **Quadro 2**.

⁹ Empenhado na defesa do índice de fragmentação, de Era (1967), Santos (2004) criticou o NEP e o tipo de aplicação interpretativa que Nicolau (2004) fez desse índice ao analisar novos dados sobre o sistema partidário de 1945-64. Dentre outras coisas, Santos (2004) rejeitou a inferência das siglas específicas que corresponderiam aos valores apontados pelo NEP, pois, segundo ele, as premissas matemáticas da fórmula não permitem essa extrapolação. Santos (2004) criticou, inclusive, os próprios formuladores do índice (LAAKSO AND TAAGEPERA, 1979), que, segundo ele, não compreenderam devidamente os fundamentos dessa medida. Rein Taagepera, que é um físico de formação, ao que parece, não respondeu às críticas e talvez sequer tenha tomado conhecimento delas.

Quadro 2- Classificação da Votação Conjunta como Concentração do Mercado Eleitoral

	Intervalos da Σ Votos	Categorias
Classificação	$\leq 40\%$	Desconcentrado
	41% – 50%	Concentração Baixa
	51% – 70%	Concentração Moderada
	71% – 80%	Concentração Alta
	$> 80\%$	Concentração Extremada

Fonte: Elaboração própria

Uma vez isolado o grupo dos principais concorrentes, a distância que separa cada um deles entre si, uns em relação aos outros, pode ser calculada de acordo com a seguinte lógica: o intervalo entre o primeiro e o segundo colocados indicará a *competitividade* pela primeira posição, assim como o intervalo entre o segundo e o terceiro indicará a *competitividade* pela segunda posição, e assim por diante. Chamamos esse cálculo de *índice de competitividade pareada* [ICP], que se baseia na divisão de proporções sugerida por Cox (1997) para analisar a coordenação eleitoral pelo teste de bimodalidade.¹⁰ Em nossa adaptação, o ICP é a razão dos votos recebidos por pares de partidos, cujo resultado pode variar de 0 a 1. Sendo assim, quanto mais próximo de 1, maior a *competitividade*, dado que as votações recebidas pelas duas candidaturas cotejadas seriam próximas. Dessa maneira, numa suposta eleição em que se pretende examinar a *competitividade* dos três primeiros colocados [C₁, C₂, C₃], o ICP consideraria as seguintes razões:

$$ICP = C_2/C_1$$

$$ICP = C_3/C_2$$

$$ICP = C_3/C_1$$

¹⁰ O foco de Cox (1997) é o voto estratégico como indutor da redução do número de partidos com peso eleitoral. Portanto, o seu propósito é testar os efeitos mecânicos e psicológicos das “leis de Duverger”, e não a *competitividade eleitoral* dos partidos/candidaturas. O seu objetivo principal, ao avaliar os efeitos das regras eleitorais na coordenação das candidaturas, é confirmar a fórmula M+1. Ele supõe que, em eleições com alta coordenação, os votos se concentrarão nos dois primeiros colocados. Portanto, se a votação entre o segundo e o terceiro colocados for próxima, isso indicaria que a coordenação foi baixa, pois permitiu que a terceira força partidária recebesse uma elevada votação. Para calcular o nível de coordenação das candidaturas [C] por intermédio dessa distância entre a votação do partido 1 [P₂] e o partido 3 [P₃], Gary Cox propôs uma razão, tal que: $C = P_3/P_2$. Logo, quando a diferença é próxima de zero, há o indicativo de que houve voto estratégico; quando a diferença é próxima de 1, não houve voto estratégico, uma vez que a diferença de votação entre os partidos é baixa.

Se, neste mesmo exemplo hipotético, tais candidaturas tivessem recebido 34% [C1], 26% [C2] e 12% [C3], os valores do *índice de competitividade pareada* seriam estes, abaixo. Observe-se que, conforme os resultados, a disputa pelo primeiro lugar foi mais competitiva do que a disputa pelo segundo lugar, e que, se comparada com os demais valores, a concorrência entre o primeiro e o terceiro colocados pela vitória teve baixa *competitividade*.

$$\text{ICP} = 26/34 = 0,76 \rightarrow \text{distância entre } 1^{\circ} \text{ e } 2^{\circ} \text{ lugares}$$

$$\text{ICP} = 12/26 = 0,46 \rightarrow \text{distância entre } 2^{\circ} \text{ e } 3^{\circ} \text{ lugares}$$

$$\text{ICP} = 12/34 = 0,35 \rightarrow \text{distância entre } 1^{\circ} \text{ e } 3^{\circ} \text{ lugares}$$

No entanto, os dados do ICP, *per se*, não permitem rotular os níveis de *competitividade*. Para tanto, o modelo de análise também recorre a uma escala de intervalos para vincular a cada um deles as categorias descritas no **Quadro 3**. Tomando-se como parâmetro o valor máximo do índice, que é igual a 1, sua classificação é fracionada em faixas de 0,20 pontos correspondentes a níveis de *competitividade*. No mesmo exemplo, o embate pela primeira posição se traduziu numa *competitividade elevada*; já no caso da segunda posição, a disputa mostrou uma *competitividade baixa*. Desse agrupamento mais reduzido, inclusive, seria possível extrair a distância média desses três principais competidores sem as mesmas distorções que ocorreriam se todos os candidatos que concorreram entrassem no cálculo—no caso, esse o valor [0,35] seria indicativo de *baixa competitividade*.

Quadro 3 - Classificação Intervalar do Índice de Competitividade Pareada

	Intervalos do ICP	Categorias
Classificação	0 – 0,2...	Sem Competitividade
	0,3 – 0,4...	Competitividade Baixa
	0,5 – 0,6...	Competitividade Moderada
	0,7 – 0,8...	Competitividade Elevada
	≥0,9	Extremamente Competitiva

Fonte: Elaboração própria

2.2.2. Indicadores Qualitativos do Formato Sistemico

No que se refere às dimensões qualitativas do formato sistemico, o foco da análise se volta para o exame da polaridade que emerge da competição em três níveis: (1) o tipo de *polaridade*, (2) a *rotatividade* das siglas e (e) as *plataformas* programáticas. O tipo de *polaridade* é uma decorrência da adesão da maioria do eleitorado às posições ideológicas sinalizadas pelos partidos. Teoricamente, esses posicionamentos podem ser de extrema-esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e extrema direita. Nesse sentido, a *polaridade* está diretamente vinculada às *plataformas*, pois o posicionamento ideológico de cada partido pode ser depreendido dos seus manifestos programáticos. Assim, uma *competição bipolar* é caracterizada pela predominância de duas siglas cujas *plataformas* sinalizam posicionamentos ideológicos distintos, mesmo que as diferenças sejam mínimas. De forma similar, quando a eleição envolve três partidos que disputam acirradamente a primeira posição, temos uma *competição multipolar*. Logicamente, uma competição unipolar não existe.

Como demonstrado por Cox (1997), no caso de sistemas eleitorais majoritários com magnitude [M] igual a 1, podemos esperar que o *número efetivo de partidos* siga a fórmula $NEP = M+1$. Desse modo, em eleições presidenciais de turno único, é de se esperar que existam somente dois partidos/candidaturas mais competitivos. Já no caso de dois turnos, poderíamos esperar três partidos/candidaturas nessa condição, embora dificilmente a terceira força tenha capacidade de angariar um montante de votos que possa ameaçar a posição do segundo colocado. Isso quer dizer que as eleições presidenciais são mais propensas à bipolaridade do que à multipolaridade,¹¹ pois, o domínio eleitoral de dois partidos, obviamente, não comporta a apresentação de mais

¹¹ Entretanto, teoricamente, é possível supor a multipolaridade em eleições de dois turnos. Mantendo-se a expectativa formal de um $NEP=M+1$, pode ocorrer de três siglas se mostraram bastante competitivas, expressando programas diferentes. De toda forma, não foi isso o que aconteceu no caso brasileiro, como veremos. Quanto à possibilidade de um formato unipolar, cabe ressaltar sua impossibilidade lógica, pois não faz sentido supor que exista apenas um polo. Portanto, quando prevalece apenas um partido que concentra os votos ao longo do tempo, além de inexistir competitividade, não há um polo ideológico e programático concorrente. À primeira vista, pode parecer que tal situação seria exclusiva de "sistemas" de partido único ou de sistemas com um partido dominante, mas, também é possível que ocorra em sistemas bipartidários de revezamento ou multipartidários moderados pouco competitivos.

do que dois posicionamentos ideológicos e, conseqüentemente, de duas plataformas específicas.

Não obstante, numa competição bipolar, as siglas protagonistas podem (a) ser sempre as mesmas ou (b) ser substituídas por outras. Por isso, é recomendável apurar a *rotatividade* das siglas que concorrem pela primeira posição. Teoricamente, é possível uma situação em que haja *competitividade* sem a *rotatividade* das forças partidárias na primeira posição. Nesse caso, a *competitividade* é mais formal do que substantiva; afinal, apesar de não existirem impeditivos legais ao lançamento de candidaturas concorrentes, e apesar de serem muito próximas as votações recebidas pelos partidos A e B, o partido A, invariavelmente, sagra-se vencedor. Devido a isso, o modelo de análise deste estudo considera a taxa de *rotatividade* como a proporção de alternâncias de siglas que venceram as eleições numa dada série histórica. No período de 1945-60, por exemplo, predominou a aliança PTB/PSD, de maneira que as alternâncias entre ambos não representaram realmente uma *rotatividade* das forças partidárias com projetos alternativos; assim, de quatro eleições realizadas, apenas a de 1960 contemplou alternância na primeira posição—quando o PTN, em aliança com a UDN, chegou à vitória—, resultando numa taxa de 25%.¹²

Não obstante, o exame da taxa de *rotatividade* das siglas deve ser complementado com a análise das respectivas *plataformas* programáticas, um procedimento indispensável para discernir quando a alteração das siglas vitoriosas implica alguma modificação ideológica na *polarização*. Numa competição bipolar, por exemplo, a *rotatividade* de siglas, seja na primeira ou na segunda colocação, sem que sejam alteradas as *plataformas* apresentadas ao eleitorado indica uma alteração apenas parcial na bipolaridade. Se, num dado período, as siglas A e B dominaram o mercado eleitoral, defendendo, respectivamente, posições de esquerda trabalhista e de direita pró-mercado, a substituição de B por C não representará alteração no padrão bipolar em termos programáticos se o partido C expressar ideologia semelhante à do

¹² Outra forma de capturar essa gradação, que poderia ser alternativa ou complementar, seria calcular a média de eleições ocorridas até a mudança da sigla vitoriosa. Por esse prisma, a democracia de 1945-64 não permitirá tal cálculo, pois houve apenas uma mudança; assim, ao invés da média, teríamos apenas o valor de 3 eleições até a rotatividade no poder. Para o período atual, a média de eleições para as rotatividades até 2018 foi 2,3 – de Collor para FHC, uma eleição, de FHC para Lula, duas eleições; de Lula/Dilma [PT] para Bolsonaro, quatro eleições.

partido B, que foi substituído. Mas, no caso de C aportar ideologia diversa à de B, pode-se dizer que a bipolaridade sofreu modificação em dois níveis, a substituição de uma das siglas e a apresentação de uma plataforma ideológica diversa.

Para capturar o padrão ideológico da competição, este estudo utilizou a metodologia do *Manifesto Research on Political Representation* [CMP-MARPOR].¹³ Trata-se de um projeto coletivo com pesquisadores de todo o mundo, cujo objetivo é coletar programas partidários e eleitorais de vários países para disponibilizar um protocolo de classificação ideológica do seu conteúdo mediante a aplicação dos mesmos critérios.¹⁴ Portanto, os *manifestos* são documentos partidários que sinalizam para o eleitorado o posicionamento dessas organizações representativas em relação a temas relevantes e que, por isso, permite situá-los numa escala ideológica (BUDGE ET AL., 2013; TAROUCO, 2007; MAIR, 2001). Em termos operacionais, os manifestos são examinados levando-se em conta (a) a frequência de aparição desses temas e (b) o modo como são abordados—ou seja, as relações entre eles, a maneira de os tratar e as propostas para o seu enfrentamento.

Para classificar os *manifestos* partidários, o CMP-MARPOR codifica os conteúdos desses documentos em sete categorias temáticas, chamadas de domínios (cf. LAVER; BUDGE, 1992; TAROUCO, 2007). Tais categorias são: (1) relações exteriores, (2) liberdade e democracia, (3) sistema político, (4) economia, (5) bem-estar e qualidade de vida, (6) estrutura da sociedade e (7) grupos sociais. No âmbito desses domínios, foram criados inicialmente 56 códigos diferentes aplicáveis à classificação dos conteúdos dos textos. Na versão mais recente dessa metodologia, explicitada na quinta versão do manual de análise [2015], foram criados subcódigos a fim de tornar a

¹³ As metodologias mais utilizadas para a identificação do posicionamento ideológico dos partidos são a avaliação de especialistas acadêmicos ou da imprensa, surveys sobre a percepção da opinião pública, surveys com políticos, o comportamento parlamentar em votações no Plenário e a análise de manifestos partidários das legendas. Este estudo adota a análise de programas devido aos ganhos analíticos já indicados por pesquisas anteriores, como a replicabilidade dos achados, a possibilidade de abarcar grandes períodos e o aproveitamento de uma base confiável de dados depositados no TSE ainda pouco explorada. No caso brasileiro, alguns trabalhos de revisão da literatura especializada (cf. Tarouco e Madeira, 2015) concluíram que existe esta convergência na categorização ideológica dos maiores partidos: PT, PSB e PDT são posicionados à esquerda; PMDB e PSDB, ao centro; e PDS/ PPR/PPB/PP, PTB e PFL, à direita. A este quadro podemos acrescentar o PSL ao bloco da direita e, o PSOL, ao da esquerda

¹⁴ O empreendimento teve início em 1979, com o *Manifesto Research Group*, que se dedicava a analisar as ideologias partidárias da Europa. Atualmente, esse banco de dados possui mais de 1000 manifestos já classificados, abrangendo mais de 50 países.

classificação dos manifestos mais completa, resultando numa codificação com 76 itens aplicáveis na análise dos programas.¹⁵ A análise de conteúdo se baseia na separação dos elementos textuais em *quasisentence*, que é uma oração que contém apenas uma mensagem (WERNER, LACEWELL AND VOLKENS, 2014).¹⁶ Desse modo, atribui-se a cada unidade um dos 76 códigos estabelecidos pelo CMP-MARPOR.¹⁷

Após a codificação, o CMP-MARPOR disponibiliza, em seu *site*, tanto os documentos originais como os documentos já codificados, assim como um banco de dados com a frequência de cada código em cada documento classificado.¹⁸ Além disso, o projeto fornece escalas próprias a partir da aglutinação de certos códigos. A escala mais utilizada pelos pesquisadores é denominada RILE, construída com a junção de 13 categorias representativas da direita e 13 da esquerda, totalizando 26 códigos do menu de codificações disponível no projeto.

O problema dessa escala é que as categorias selecionadas tomaram como parâmetro, principalmente, os posicionamentos ideológicos dos partidos ingleses e norte-americanos entre 1920 e 1976. Ou seja, além da defasagem temporal, aplicar um enquadramento ideológico válido para esses países e outros contextos políticos provoca distorções classificatórias. Se direita e esquerda nos Estados Unidos e na Inglaterra já envolvem certa diferença, o que dizer dos respectivos posicionamentos ideológicos na América Latina? Em termos temporais, as distorções podem ser mais generalizadas ainda, pois as categorias privilegiadas na escala RILE remetem às concepções teóricas acerca dos posicionamentos ideológicos formuladas no Século XIX (BUDGE 2013; BUDGE AND MEYER, 2013). Por isso, não é recomendável a aplicação

¹⁵ A evolução das versões de codificação pode ser acessada em um arquivo específico do CMP-MARPOR.

¹⁶ Em seus programas, os partidos podem formular uma oração por frase, o que significa que uma *quasisentence* é igual a uma frase; porém, na maioria dos casos, as quase sentenças não coincidem com uma frase completa. Quando isso acontece, os procedimentos adotados são os seguintes: (1) se a frase contém duas sentenças não relacionadas ou (2) apresenta duas sentenças relacionadas, mas que incidem sobre aspectos diferentes do mesmo domínio, então, as frases devem ser cortadas (a) antes de ponto-e-vírgula, (b) quando for possível a divisão em palavras-chave que representem as categorias e (c) antes de conectivos (Holanda, 2017). Existem diversas outras instruções de codificação. Elas podem ser consultadas no site do projeto [<https://manifesto-project.wzb.eu>] e, num formato resumido, em Jorge, Faria e Silva (2020).

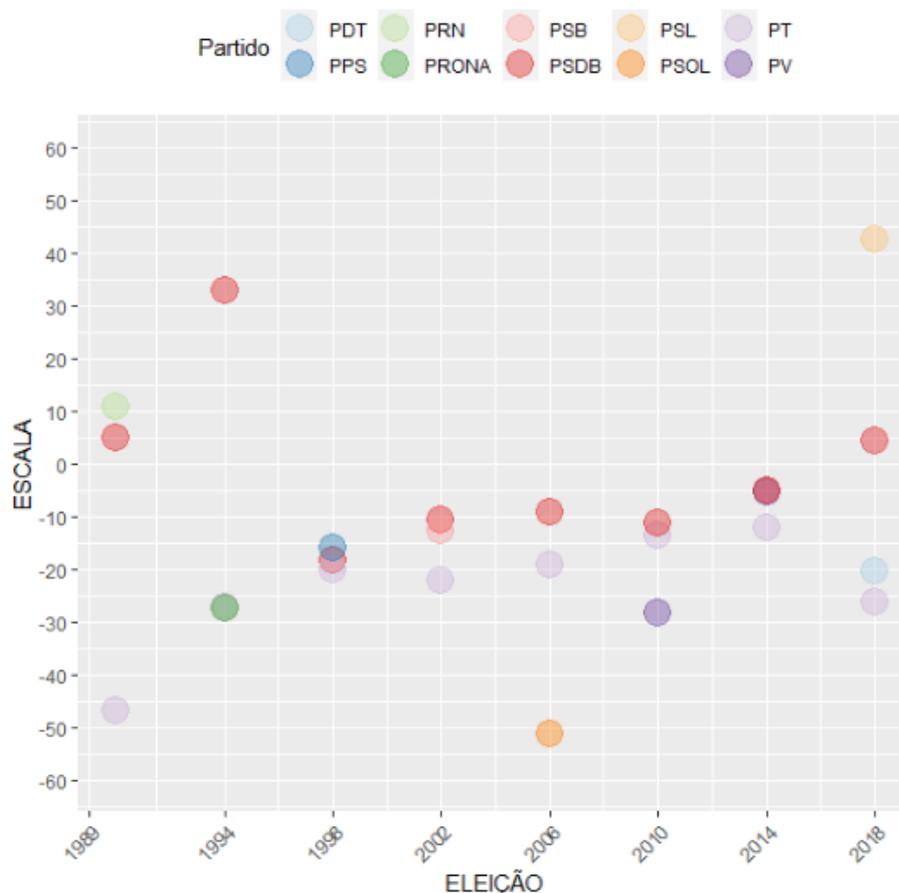
¹⁷ É relevante registrar essas alterações para termos parâmetros comparativos com trabalhos que utilizaram versões anteriores de codificação (Tarouco e Madeira, 2011). Há uma variação na aplicação dos códigos a países e eleições específicos, cujo detalhamento pode ser conferido no livro de códigos.

¹⁸ As demais escalas são: Planeco [planejamento econômico], *Welfare* [estado de bem-estar social], Intpeace [paz internacional] e Markeco [abertura econômica].

dessa escala aos países latino-americanos, como fizeram alguns pesquisadores (JORGE, FARIA E SILVA, 2020; JORGE, 2014; LÓPEZ; MIRANDA; VALENZUELA-GUTIÉRRE, 2013; VIZONÁ, 2019; BABIRESKI, 2014).

No caso brasileiro, a incompatibilidade da escala RILE é integral ou parcial, em pelo menos 9 das categorias do agrupamento relativo à direita e 6 no da esquerda, como mostram os dados do **Gráfico 1**. A linha no centro do Gráfico [marco “0”] divide os campos ideológicos —os partidos de esquerda estão posicionados nos valores negativos, e, os de direita, nos valores positivos. A variação numérica do eixo y indica o grau de radicalidade dos programas segundo metodologia apresentada acima; o eixo x apresenta as datas, e, os pontos indicam, os partidos, como descrito pela legenda. Perceba-se que, na primeira eleição, o PSDB aparece bem próximo do centro, enquanto o PT se situa quase na extrema-esquerda. Já em 1994, o PSDB dá um salto à direita que não corresponde realmente a mudanças programáticas do partido. Nessa mesma eleição, o PRONA, aparece como um partido de esquerda. Em 1998, o PSDB dá um novo salto, agora à esquerda, numa posição semelhante à do PT. O PSDB continua na esquerda nas eleições subsequentes e se aproxima do centro em 2018.

Gráfico 1 - Classificação Ideológica dos Partidos Brasileiros pela Escala RILE, Eleições presidenciais de 1989 a 2018



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CMP-MARPOR.

Tais distorções, entre outras que podem ser percebidas pelo exame dos dados gráficos, devem-se à aplicação de categorias inadequadas ao contexto partidário brasileiro. Por exemplo, na escala RILE, o PRONA de 1994 é enquadrado com um partido de esquerda porque era nacionalista, desconsiderando-se que a direita também pode ser nacionalista (CODATO; BERLATTO; BOLOGNESI, 2018; TAROUCO E MADEIRA, 2013A, 2013B; MAINWARING, MENEGUELLO E POWER, 2000; JORGE ET AL., 2018). Além disso, faltam códigos capazes de capturar elementos importantes das plataformas e posições políticas dos partidos; e, ainda, há discrepâncias entre a base teórica e a operacionalização dos códigos. Por exemplo, apesar do índice de RILE ter como fundamento a teoria marxista para capturar posições de esquerda, o **código (415) Análise Marxista**, disponível no menu do CMP-MARPOR, não foi incluído no seu esquema analítico.

Para resolver esses problemas, Tarouco e Madeira (2011; 2013^a; 2013b) adaptaram os códigos do projeto CMP-MARPOR para a examinar os manifestos partidários brasileiros de maneira mais contextualizada. Inclusive, reordenaram as categorias numa escala ideológica mais precisa (TAROUCO e MADEIRA, 2015). Para tanto, propuseram um diagrama com a adição de um o eixo comparativo de conservadorismo versus liberalismo, aplicado a temas relacionados aos costumes, e, ainda, outro eixo com distinções entre esquerda e direita relacionado com temas econômicos. Porém, o acréscimo de um novo eixo para examinar os posicionamentos ideológicos de acordo com valores morais trouxe mais complexidade às controvertidas classificações dos partidos no contínuo direita-esquerda. De fato, a aplicação dessa escala modificada traz outras distorções quando classificamos os programas eleitorais selecionados.¹⁹

Este estudo procura contornar esses problemas mediante a aplicação de outra escala, criada especificamente para analisar os manifestos programáticos dos partidos mais competitivos pela Presidência da República do atual período democrático. Para isso, as famílias de códigos foram reagrupadas em dimensões de análise com uma escala de 4 níveis. Cada um desses níveis, como mostra o **Quadro 4**, contém 12 códigos que usam 36 marcadores no total: **Política Econômica** [Domínio 4: Economia; e Domínio 5: Estado de Bem-estar social], **Princípios Norteadores de Políticas Públicas** [Domínio 5: Estado de Bem-estar social; Domínio 2: Liberdade e Democracia; e Domínio 6: Tecido da sociedade]; **Grupos Sociais e Relações exteriores** [Domínio 7: Grupos sociais; Domínio 1: Relações Exteriores; e Domínio 6: Tecido da sociedade]. A especificação de cada categoria, as justificativas para a sua inclusão e aplicação ao contexto brasileiro estão detalhadas no **Anexo 1**, onde também pode ser consultado um quadro comparativo das categorias utilizadas pelas escalas RILE, Tarouco e Madeira e a deste estudo.

¹⁹ É importante ressaltar que em alguns dos trabalhos desses pesquisadores utilizam um banco de dados diferente do usado neste estudo. Os autores aplicam a escala sobre o manifesto oficial dos partidos, e não aos programas eleitorais.

Quadro 4 - Escala Adotada no Modelo de Análise dos Programas Partidários

ESQUERDA		DIREITA	
POLÍTICA ECONÔMICA			
per412	Economia controlada	per401	Economia de mercado livre
per406	Protecionismo: Positivo	per407	Protecionismo: Negativo
per409	Gerenciamento Keynesiano da Demanda	per408	Objetivos Econômicos
per403	Regulação do mercado	per414	Ortodoxia Econômico
per413	Nacionalização	per505	Limitação do estado de bem-estar social
Per 303	Planejamento econômico	per507	Limitação da Educação
PRINCÍPIOS NORTEADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS			
per503	Igualdade: Positiva	per201_1	Liberdade
per502	Cultura: Positiva	per608_1	Multiculturalismo geral: Negativo
Per605_2	Lei e Ordem Negativo	per605_1	Lei e Ordem Positivo
per202_4	Democracia direta: positiva	per202_3	Democracia Representativa
per201_2	Direitos Humanos	per603	Moralidade Tradicional: Positiva
per415	Análise Marxista	per303	Eficiência Governamental e administrativa
GRUPOS SOCIAIS e RELAÇÕES EXTERIORES			
per701	Grupos de Trabalho: Positivos	per702	Grupos de Trabalho: Negativos
per705	Grupos minoritários desfavorecidos	per601_2	Modo de Vida Nacional: Imigração: Negativo
per108	Integração latino Americana: Positivo	per110	Integração latino Americana: Negativo
per607_3	Direitos indígenas: Positivos	per608_3	Direitos indígenas: Negativos
per105	Militar negativo	per104	Militar Positivo
per107	Internacionalismo: Positivo	per102	Relações Especiais Estrangeiras: Negativas

Fonte: Elaboração própria

O banco de dados utilizado contém os programas de governo dos três candidatos mais bem votados nas eleições Presidenciais brasileiras ocorridas entre 1989 e 2018, mais o PSDB, em 1989 e 2018. Embora já tenha sido um hábito dos partidos, o depósito dos seus programas no Tribunal Superior Eleitoral tornou-se obrigatório para o registro de candidaturas, de acordo com a lei 9.504/97. O **Quadro 5** descreve os documentos analisados.

Quadro 5 - Número de Páginas dos Documentos Partidários Analisados (1989-2018)

Eleição	PT	PSDB	PRN	PSL	TERCEIRA FORÇA
1989	190	16	30	-	Não existe (PDT)
1994	161	150	-	-	200 (PRONA)
1998	13	327	-	-	12 (PPS)
2002	72	74	-	-	260 (PSB)
2006	30	170	-	-	5 (PSOL)
2010	23	280	-	-	6 (PV)
2014	42	76	-	-	244 (PV)
2018	62	100	-	81	62 (PDT)

Fonte: Elaboração própria

Para posicionar os partidos em cada eixo, seguimos as recomendações metodológicas do CMP-MARPOR (BUDGE, 2013). Primeiro foram separados os códigos correspondentes a cada categoria analisada [direita e esquerda], posteriormente, o percentual de códigos de uma subcategoria foi subtraído do percentual da categoria de oposição, dividindo-se o resultado pela soma do total de itens codificados. Ou seja: direita + esquerda + os outros códigos. Assim, valores positivos indicam maior propensão à ideologia de direita e, valores negativos, à esquerda —no caso de ser aplicável a um partido somente códigos da direita, o valor correspondente na escala será 1. Com esse enquadramento, os partidos mais identificados com o centro político apresentam maior frequência de códigos identificados como “outro” ou, então, mesclam características desse posicionamento ideológico. O **Fluxograma 1**, logo abaixo, sintetiza o modelo de análise.

Fluxograma 1 - Modelo de Análise Multidimensional do Padrão de Competição



3. ANÁLISE CLASSIFICATÓRIA DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Desde a redemocratização, o Brasil realizou oito eleições presidenciais. O período inicial se caracterizou por certa instabilidade, resultando no impeachment do primeiro Presidente eleito pelo voto direto desde o golpe de Estado de 1964. Fernando Collor teve o seu mandato interrompido num momento de crise política envolvendo quatro variáveis geralmente associadas com esses eventos —uma relação de animosidade entre o Executivo e o Legislativo, hiperinflação, descontentamento popular que se manifestava em protestos de rua e escândalos de corrupção envolvendo o governo. Nesse contexto, os partidos que o apoiavam no Congresso, que nunca formaram uma coalizão majoritária consistente, sequer foram capazes de evitar a votação mínima necessária na Câmara dos Deputados para barrar a acusação de crime de responsabilidade.

A eleição que levou Collor ao cargo de Presidente foi atípica se considerarmos todas as que viriam a seguir até 2018. Em primeiro lugar, era a retomada do voto popular para a escolha do chefe do Executivo após longos anos de ditadura; em segundo lugar, desprovidos de parâmetros acerca da estrutura de preferências eleitorais, vários partidos lançaram candidaturas, nessa que seria a disputa de menor coordenação das elites políticas. Não foi por acaso, portanto, que a eleição de 1989 foi a mais fragmentada de todas, e embora não tenha sido a mais competitiva pela primeira posição, foi a que registrou a maior competitividade pela segunda posição, cuja conquista levou o Partido dos Trabalhadores ao segundo turno contra o pequeno PRN, de Collor. As cadeiras da Câmara dos Deputados e do Senado foram ocupadas por um número elevado de partidos, mas nem de longe aquela seria a legislatura mais fragmentada do período. Ainda assim, o Presidente eleito pelo voto popular enfrentaria incontornáveis problemas de governabilidade.

Ao assumir a Presidência, Itamar Franco conseguiu dissipar as preocupações acerca da sustentabilidade da recém implementada democracia. Ele angariou o apoio majoritário do Parlamento moderadamente fragmentado, e que ainda contava com grandes partidos capazes de garantir a governabilidade com uma coalizão com poucas siglas. Outro Vice-Presidente voltaria a assumir a Presidência alguns anos depois, quando o País assistiu o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. O ambiente político, dessa vez, era sensivelmente diferente, pois a Presidente contava com uma coalizão majoritária muito grande e heterogênea e a sociedade estava marcadamente fracionada numa divisão irreconciliável entre os apoiadores e os críticos do PT. Michel Temer, então, assumiu a Presidência com o objetivo de rejuntar a base aliada no Congresso para buscar a governabilidade perdida. Mas, os escândalos de corrupção persistiram, assim como a grave crise econômica e a baixa popularidade do governo. Nessa altura, o quadro partidário também havia se alterado de maneira relevante — a fragmentação eleitoral muito elevada deu ensejo à redução dos grandes partidos e à emergência de médias e pequenas legendas com mais poder nas relações entre Executivo e Legislativo.

As crises de governo enfrentadas por Dilma já começaram logo nos primeiros meses do seu primeiro mandato. Denúncias de corrupção a levaram a fazer uma “faxina ministerial”, o que, por um lado, aumentou a sua popularidade e, por outro,

descontentou os partidos aliados. Em 2013, a onda de protestos que varreu o país durante cerca de duas semanas, atingiu seriamente a popularidade da Presidenta, que se reduziu pela metade em questão de dias. Também saíram chamuscados desse incandescente evento os partidos e os políticos de um modo geral. Esse desgaste foi testado na eleição presidencial de 2014, quando Aécio Neves quase chegou à vitória no segundo turno. A reeleição de Dilma foi assegurada pela menor diferença de votos entre os competidores pelo cargo até então, dando indicações de que a polarização política da sociedade estava bastante acirrada. A sequência de operações da Polícia Federal, em conjunto com o Ministério Público e liderada pela “justiça de Curitiba”, representada pelo então juiz Sérgio Moro, trouxe para o primeiro plano do espaço público brasileiro a “operação Lava-Jato”. O problema da corrupção se tornaria o fator de aprofundamento da crise política entre Dilma e o Congresso e entre as instituições representativas e a população.

Era surpreendente como esse turbilhão de eventos contrastava com os estáveis governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva. Durante dezesseis anos, as eleições presidenciais foram moderadamente competitivas entre os dois partidos que estabeleceriam a polarização partidária, eleitoral e programática do País—PT e PSDB. Fernando Henrique havia vencido duas eleições consecutivas já no primeiro turno, tendo o PT como o seu principal concorrente; Lula, depois de competir pelo cargo três vezes, finalmente chegaria à vitória em 2002, no segundo turno e sempre contra o PSDB. Ambos os Presidentes formaram coalizões majoritárias e contaram com governabilidade suficiente para dissipar crises mais agudas, inclusive Lula, em 2005, quando teve de lidar com todo o processo do chamado “mensalão”. FHC implementou toda uma agenda de reformas e privatizações, o que provocou muitos protestos, manifestações e resistências nas oposições, mas não teve maiores percalços não apenas para conquistar um segundo mandato como, ainda, para chegar ao final do seu mandato. Lula promoveu uma ampla política social de inclusão e de investimentos públicos e, apesar do revés do “mensalão”, não apenas foi eleito para mais um mandato como deixou o cargo com aprovação popular recorde.

As coalizões, entretanto, foram se tornando cada vez maiores em resposta à crescente fragmentação partidária. O ambiente eleitoral nas disputas dos cargos legislativos estava cada vez mais competitivo, de maneira que cada Presidente teve de

lidar com essa evolução de forma diferente. FHC formou coalizões menores, com grandes partidos, e maior proximidade programática; Lula já se viu forçado a ampliar o leque partidário e ideológico de suas coalizões, aspectos que foram acentuados dos dois governos de Dilma Rousseff. Além da demarcada fragmentação partidária no Congresso, Dilma enfrentou o ligeiro deslocamento do PSDB para a direita e a consequente promoção de valores conservadores tanto pelos tucanos como por outros partidos de médio e pequeno porte que se tornaram permeáveis aos discursos da “lei e da ordem” e da moralidade tradicional em defesa da família.

Michel Temer foi o amálgama dessa convergência de interesses que colaboraram para por fim ao mandato da Dilma e à sequência de governos do PT. Os militares retornaram à cena política, em conjunção com as demandas do mercado por desregulação, redução do Estado e austeridade fiscal. Somou-se a isso o poder das igrejas, dos pastores, dos fiéis-eleitores e dos partidos fisiológicos do chamado “centrão”. O clima de retorno político da ultradireita, que já havia se instalado em vários lugares do mundo, tomou conta do Brasil na eleição presidencial de 2018, tendo à sua testa o conhecido deputado Jair Bolsonaro. A competição pelo cargo ganhou contornos dramáticos porque, além de um atentado contra o candidato do PSL, Lula, o favorito na disputa, enfrentava acusações da “Lava-Jato” que o levariam à prisão e, na sequência, à inabilitação para se candidatar. Mesmo com um candidato de última hora, Fernando Haddad, e sem Lula para liderar presencialmente a campanha, o PT conseguiu alcançar votos suficientes para chegar ao segundo turno. O resultado daquela eleição chocaria diversos analistas, pois, além da vitória de Bolsonaro, com um discurso autoritário de ultradireita, o PSDB, até então líder de um dos polos que estruturaram as corridas presidenciais, não chegou a totalizar 5% dos votos.

Era tentadora a conclusão de que tudo havia mudado. Era o fim da Nova República, do pacto constitucional de 1988, do sistema partidário que havia se estabelecido na redemocratização e, portanto, da polarização política que tinha caracterizado a concorrência pelo Executivo Nacional de maneira moderada e estável. Contudo, como expresso pelo enquadramento teórico-conceitual apresentado há pouco, o padrão de competição envolve múltiplas dimensões do formato do sistema partidário. Isso quer dizer que, enquanto alguns dos seus atributos podem sofrer alterações outros podem persistir. Somente uma análise sistêmica pode oferecer

subsídios para uma avaliação acerca da continuidade e da mudança das dimensões que compõem o padrão de competição. Sobretudo, o exame de possíveis modificações provocadas pela eleição de 2018 depende da avaliação dos indicadores ao longo de toda a série histórica de disputa desse cargo.

Dados os parâmetros e indicadores propostos no modelo de análise deste estudo, o Quadro 6 apresenta as informações relativas aos atributos quantitativos e qualitativos do sistema partidário na competição para Presidente. Em primeiro lugar, é possível perceber que, exceto a primeira eleição, o padrão de competição quanto à fragmentação estabeleceu-se na forma de um multipartidarismo moderado. Esse perfil é condizente com a expectativa teórica deduzida da regra $M+1$, de Cox (1997); ou seja, via de regra, sempre há três partidos mais competitivos, sendo que a terceira força quase nunca ameaçou a posição do segundo colocado. De fato, essas três forças principais dominam o mercado eleitoral, com uma expressiva concentração de votos. De 1994 até 2014, os dois principais competidores, PT e PSDB, tiveram votações conjuntas tão elevadas que permitem concluir que transformaram a competição pela Presidência num duopólio, com uma estrutura de mercado eleitoral fechada à entrada efetiva de outros concorrentes.

Quadro 6 - Eleições para Presidente da República, Primeiro Turno [1989-2018]

Eleição	Dimensões	Desempenho Eleitoral						NEP	ICP 1º↔2º	ICP 2º↔3º	IC Médio
		1ª Força	2ª Força	3ª Força	4ª Força	1ª+2ª	1ª+2ª+3ª				
1989	Partido	PRN	PT	PDT	PSDB	47,20%	63,61%	5,69	0.56	0.96	0.76
	Candidato	Collor	Lula	Brizola	Covas						
	Votos	30,47%	17,18%	16,51%	11,81%						
1994	Partido	PSDB	PT	PRONA	PMDB	71%	78,38%	2,65	0.47	0.27	0.37
	Candidato	FHC	Lula	Enéas	Quércia						
	Votos	57,24%	27,07%	7,38%	4,38%						
1998	Partido	PSDB	PT	PPS	PRONA	85%	95,97%	2,53	0.59	0.17	0.38
	Candidato	FHC	Lula	Ciro	Enéas						
	Votos	53,06%	31,71%	10,97%	2,14%						
2002	Partido	PT	PSDB	PSB	PPS	77%	94,86%	3,17	0.49	0.77	0.63
	Candidato	Lula	Serra	Garotinho	Ciro						
	Votos	46,44%	23,19%	17,86%	11,67%						
2006	Partido	PT	PSDB	PSOL	PDT	91%	97,85	2,41	0.85	0.16	0.5
	Candidato	Lula	Alckmin	L. Helena	Buarque						
	Votos	48,61%	41,64%	6,85%	2,64%						
2010	Partido	PT	PSDB	PV	PSOL	79,16	95,86%	2,75	0.71	0.59	0.65
	Candidato	Dilma	Serra	Marina	Plínio						
	Votos	46,23%	32,93%	19,70%	0,87%						
2014	Partido	PT	PSDB	PSB	PSOL	75,14%	96,46%	3,01	0.8	0.63	0.71
	Candidato	Dilma	Aécio	Marina	L. Genro						
	Votos	41,59%	33,55%	21,32%	1,55%						
2018	Partido	PSL	PT	PDT	PSDB	75,31%	87,78%	3,17	0.63	0.42	0.52
	Candidato	Bolsonaro	Haddad	Ciro	Alckmin						
	Votos	46,03%	29,28%	12,47%	4,76%						

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à competitividade, capturada pelo ICP, os dados mostram que, até 2002, caracterizou-se pela moderação. A partir de então, esse índice aumentou consideravelmente, em especial em 2006 e 2014. Em 2018, no entanto, a competitividade voltou a se reduzir, devido ao grande apoio eleitoral recebido por Bolsonaro, o que levou o PSL a substituir o PSDB no polo de oposição ao PT e, ainda, à

redução dos votos petistas. Já a competitividade pela segunda posição foi bastante reduzida em 1994, 1998 e 2006 —poucas vezes, em realidade, a competição entre a terceira e a segunda força partidária foi elevada. A competitividade média, impactada, obviamente, pelo ICP, ainda assim registra valores um pouco mais elevados em algumas eleições.

No caso das siglas predominantes, após a primeira eleição —como já mencionado, atípica em diversos sentidos—, PT e PSDB dominaram amplamente a competição. Desse modo, enquanto a fragmentação, indicada pelo NEP, mostra um padrão multipartidário moderado, o exame da concentração dos votos e das siglas predominantes indica um padrão bipolar nas disputas presidenciais. Mesmo a retirada do PSDB da condição de liderança de um dos polos, não provocou a alteração da bipolaridade. Além de não ter emergido uma multipolaridade, pois ainda se tratou da disputa entre duas siglas principais, o padrão bipolar se manteve nos posicionamentos diferenciados dos competidores, a despeito da radicalização à direita da candidatura Bolsonaro/PSL. Então, houve aqui uma mudança parcial, a alteração em uma das siglas e um deslocamento ideológico para o extremo de uma delas, mas se mantiveram a bipolaridade de siglas e de posicionamentos claramente opositivos. Nesse cenário, outro dado chama a atenção e é relevante—o PT, apesar de todas as acusações e danos sofridos nos últimos anos, conseguiu se manter como líder da centro-esquerda em um dos polos da competição. Ademais, o PT se firmou nessa condição desde a primeira eleição do período.

No caso da terceira força competitiva, os dados mostram uma rotatividade de siglas digno de nota. Enquanto a rotatividade de siglas na bipolaridade foi reduzida e atingiu apenas o polo da centro-direita —PRN deu lugar ao PSDB, em 1994, que deu lugar ao PSL, em 2018—, no caso da terceira posição, PDT e PSB figuraram duas vezes cada um, além de uma vez para legendas tão diversas como o Prona, o PPS, o PSOL e o PV. No PSDB, depois de FHC ter exercido dois mandatos e, portanto, ter disputado duas eleições, Geraldo Alckmin e José Serra revezaram-se algumas vezes como candidatos, exceto em 2014, quando Aécio Neves concorreu contra Dilma Rousseff. As candidaturas da terceira força partidária, assim como no caso das siglas, foram mais

diversas —Brizola, Enéas, Garotinho e Heloísa Helena disputaram, cada uma, uma única eleição; Marina concorreu em duas oportunidades e, Ciro, três vezes.

O **Quadro 7** enquadra a evolução desses dados de acordo com a classificação proposta no modelo de análise deste estudo. Perceba-se que, no que tange à fragmentação, a eleição de 2018 não alterou o padrão de competição bastante estável de multipartidarismo moderado —apenas em 2006 houve uma pequena modificação que levou à classificação do sistema naquele momento como bipartidário. O domínio do mercado eleitoral pelas duas principais legendas indica que o padrão foi de alta concentração, com poucas exceções, algumas delas, de concentração ainda maior —ou seja, extrema. Por consequência, agregando-se as votações da terceira força aos votos conjuntos das duas siglas principais, o padrão de competição indica uma estrutura de mercado extremamente fechada à concorrência pulverizada. A competitividade pela vitória eleitoral entre as duas principais forças seguiu um padrão oscilante entre moderada e baixa até 2006, elevou-se desde então até 2018, quando retornou ao padrão anterior. Nesse caso, essa eleição não provocou uma mudança no padrão, mas um retorno ao que vigia até a segunda vitória de Lula contra o PSDB. A disputa pela segunda posição, por sua vez, apresentou uma oscilação que impede a detecção de um padrão estável.

No caso da rotatividade das siglas na primeira posição, a taxa é 37,5%, compreendendo três mudanças em oito eleições —PSDB, em 1994; PT, em 2002; e PSL, em 2018. A rotatividade das siglas que protagonizaram a polarização, por sua vez, foi menor, ocorreram duas vezes, resultando numa taxa de 25% —PSDB, em 1994, e PSL, em 2018. Sendo assim, pode-se dizer que, na última eleição presidencial, houve uma alteração no padrão de competição em relação a uma das siglas da bipolarização, embora isso não seja uma novidade, dado que algo similar ocorreu quando o PSDB conquistou a posição de liderança do polo de centro-direita.

Quadro 7 - Classificação do padrão de Competição das Eleições Presidenciais

Eleição	Alteração de Legenda nas duas Primeiras Posições	Fragmentação	Concentração do Mercado		Competividade		
			1º+2º	1º+2º+3º	1º Lugar	2º Lugar	Média
1990	--	Multipartidarismo Elevado	Baixa	Moderada	Moderada	Extrema	Elevada
1994	Sim PRN → PSDB	Multipartidarismo Moderado	Alta	Alta	Baixa	Inexistente	Baixa
1998	Não PT + PSDB	Multipartidarismo Moderado	Extrema	Extrema	Moderada	Inexistente	Elevada
2002	Não PT + PSDB	Multipartidarismo Moderado	Alta	Extrema	Baixa	Elevada	Moderada
2006	Não PT + PSDB	Bipartidarismo	Extrema	Extrema	Elevada	Inexistente	Moderada
2010	Não PT + PSDB	Multipartidarismo Moderado	Alta	Extrema	Elevada	Moderada	Moderada
2014	Não PT + PSDB	Multipartidarismo Moderado	Alta	Extrema	Elevada	Moderada	Elevada
2018	Sim PSDB → PSL	Multipartidarismo Moderado	Alta	Extrema	Moderada	Baixa	Moderada

Fonte: Elaboração própria.

Não obstante, como já mencionado, a rotatividade das siglas não diz nada a respeito da possível alteração dos posicionamentos ideológicos defendidos por esses partidos. O **Gráfico 2** traz os dados da análise dos manifestos programáticos dos partidos que concorreram às eleições presidenciais, situando-os num espaço que divide, em gradações, as sinalizações de direita e de esquerda.²⁰ Como se pode observar, o PT disputa a primeira eleição do período com um posicionamento de esquerda moderada. Depois, a partir de 1994, e, principalmente, em 2002, o partido se move para uma posição muito próxima do centro, seguindo assim até 2018, quando voltou à esquerda moderada semelhante à plataforma inicial. Pode-se dizer, portanto,

²⁰ Vale repetir os seguintes esclarecimentos. A linha no centro do gráfico [marco "o"] divide os campos ideológicos. Os partidos de esquerda estão posicionados nos valores negativos e, os partidos de direita, nos valores positivos. A variação numérica do e laixo y indica o grau de radicalidade dos programas segundo a metodologia apresentada. O eixo x apresenta as datas, e os pontos indicam os partidos, como indicado pela legenda.

que o PT é o líder de um polo que representa a centro-esquerda, com inclinações programáticas centristas. O PSDB, por seu turno, apresenta uma trajetória que o situa claramente na centro-direita moderada, com ligeiras oscilações ora para o centro e ora para a direita. O partido, então, tornou-se o líder do bloco de centro-direita, com um viés também mais centrista.

Com uma posição um pouco mais à direita, o PRN venceu a primeira eleição com um programa não muito distante do defendido pelo PSDB. Faz sentido, assim, a substituição daquele pequeno e efêmero partido pela organização mais estruturada e repleta de políticos experientes dos tucanos. O PSOL, quando concorreu e chegou a ser a terceira força do páreo, apresentou-se com um programa mais moderado do que o seu discurso, situando-o numa posição próxima à do PT. De fato, todos os competidores que se revezaram como terceira força se posicionaram proximamente ao centro, alguns mais à direita, outros mais à esquerda. Dessa evolução, é possível inferir que a dinâmica da competição majoritária pelo cargo estimulou os partidos que realmente postularam a conquista de votos a adotar um movimento centrípeto.

Dessa forma, desde a primeira eleição presidencial, quando a bipolaridade já se estabeleceu e ainda não incluía o PSDB, mas também depois disso, quando PT e PSDB dominaram o mercado eleitoral, o padrão de competição em termos programáticos e ideológicos se estabeleceu como uma disputa entre a centro-direita e a centro-esquerda, ambas moderadas. Nesse aspecto, a eleição de 2018 significou uma drástica interrupção do perfil que a competição havia adquirido —a candidatura de Jair Bolsonaro promoveu a radicalização à direita dessa polaridade. O próprio PT, que estava situado mais próximo do centro, moveu-se mais para esquerda, embora numa posição ainda moderada. O PSDB se deslocou um pouco mais para a direita, talvez em busca do eleitorado que se tornou radicalizado, mas o discurso sob medida para essa demanda foi adotado, sem limites, pelo candidato do PSL.

Como se pode observar, Bolsonaro se posicionou de maneira muito próxima da extrema-direita. O seu programa aderiu a temas identificados não apenas com os valores do mercado desregulado, mas, principalmente, com o conservadorismo moral e com soluções autoritárias para os problemas sociais. Se a competição permaneceu bipolar, com a manutenção do PT como líder de um dos polos, por outro lado, a troca do PSDB pelo PSL/Bolsonaro não envolveu apenas uma alteração nas siglas, mas

também uma radicalização do polo de centro-direita, que se converteu num polo de extrema-direita.

Gráfico 2. Classificação Ideológica dos Programas Partidários De acordo com a Escala CMP, Eleições Presidenciais brasileiras

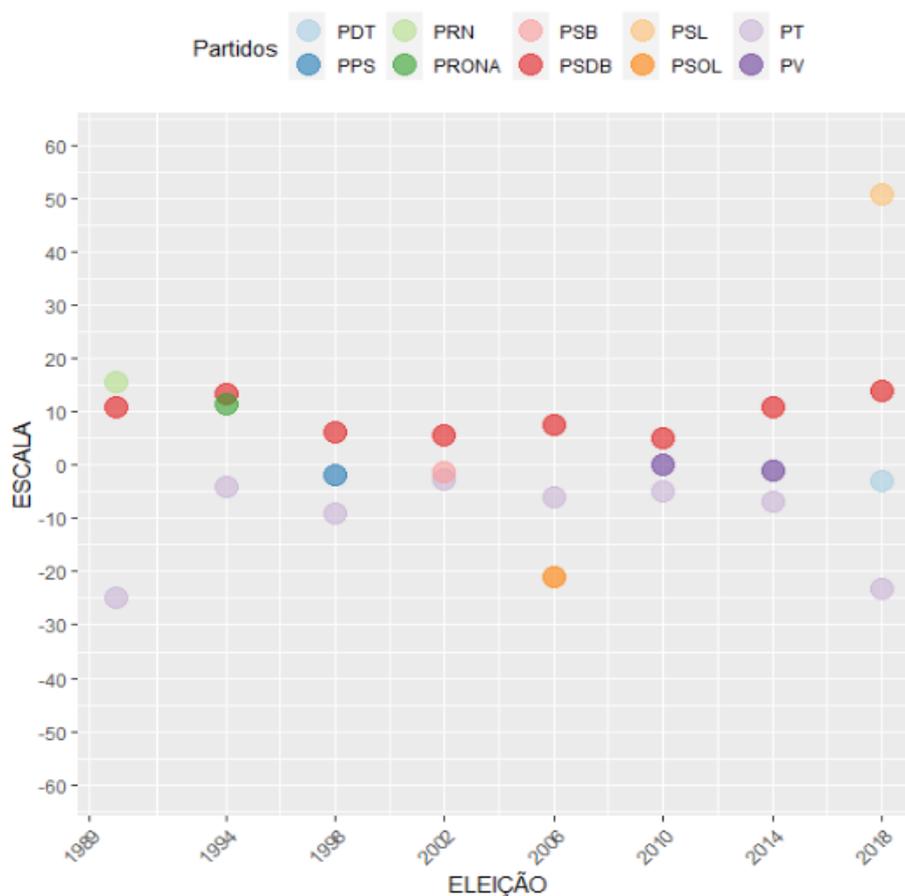


Gráfico 2 - Classificação Ideológica dos Programas Partidários

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CMP-MARPOR

***Nota Explicativa:** O PDT, terceira força em 1989, não apresentou programa naquela eleição, por isso não aparece no gráfico.

4. CONCLUSÃO

Os achados deste estudo permitem avaliar os impactos da estrutura institucional na interação competitiva dos partidos e, ao mesmo tempo, fatores contextuais que escapam ao condicionamento das regras formais. Qualquer eleição presidencial está sujeita à fórmula majoritária, imposta pela própria magnitude do cargo disputado. Como se trata de uma única vaga, o escrutínio pode contemplar um ou dois turnos, e nada muito diferente disso. Em eleições de um turno, como sabemos, a concorrência por uma vaga impõe o voto estratégico e alianças partidárias que,

poderiam reduzir o número de partidos competitivos. Em eleições de dois turnos, os efeitos seriam semelhantes, mas a redução dos partidos competitivos não é tão acentuada como no primeiro caso. Isso quer dizer que a quantidade de competidores com capacidade de capturar uma elevada proporção de votos depende da magnitude do distrito, algo que, na formulação de Cox (1997), está submetido à regra $M+1$.

Os resultados analisados neste estudo indicam que a estrutura institucional manteve o padrão de competição num formato multipartidário moderado, afinal as eleições ocorrem em dois turnos, portanto $M=2$. Além disso, como se trata da disputa final de uma vaga à Presidência, a competitividade partidária se afinou em dois partidos que, para sinalizar alguma diferenciação ao eleitorado, encamparam programas que expressam ideologias distintas, embora tendam ao centro. Não é fortuito, portanto, que a competição tenha assumido uma feição bipolar opondo a centro-direita à centro-esquerda. Por outro lado, são fatores contextuais, para além das ingerências institucionais, que explicam as siglas que lideraram a competição bipolar, inclusive o conteúdo dos seus programas de centro-direita e de centro-esquerda. O PSDB se encarregou de tocar a agenda pró-mercado, inicialmente defendida por Collor e sintonizada com o contexto internacional; o PT se incumbiu de retomar o projeto trabalhista, ligado à tradição varguista e nacional-desenvolvimentista que havia sido alijada do poder pelo golpe de 1964.

Outros fatores contextuais respondem pela vitória da extrema-direita com Bolsonaro, em 2018. Além do retorno de movimentos e ideais da direita radical em vários países, inclusive de democracias mais antigas, no cenário nacional o acirramento da crise política e da rejeição aos partidos, aos políticos e às instituições do Estado, impulsionado pela repercussão dos casos de corrupção, que foram associados à esquerda, tida, ainda, como comunista e ameaçadora da moral cristã e da família, contribuíram para a formação de uma demanda eleitoral por discursos e políticas extremistas. Isso explica, pelo menos em parte, que dentro do mesmo arranjo institucional, que havia proporcionado estabilidade política, funcionalidade democrática e competição moderada entre a centro-direita e a centro-esquerda, pudesse emergir uma radicalização à direita que angariasse apoio eleitoral suficiente para eleger o chefe do Executivo Nacional.

Além desse contributo teórico, este estudo trouxe uma contribuição empírica que permite discutir outro aspecto relevante. Os dados mostraram que, na maioria das suas dimensões, o padrão de competição pela Presidência da República permaneceu o mesmo em 2018; porém, os dados também mostraram que a tomada do polo antes dominado pelo PSDB não significou apenas a mudança de uma sigla que assumiu a liderança na oposição ao PT, mas a chegada ao poder de uma liderança carismática que representa um programa de extrema-direita. Isso alterou o conteúdo e a posição ideológica da bipolaridade no espaço político. Embora o PT tenha permanecido na mesma posição, o projeto defendido por Bolsonaro radicalizou a polarização ao mesmo tempo em que promoveu a polarização radicalizada da sociedade brasileira.

O que se coloca em discussão, a partir disso, é a sustentabilidade dessa mudança e os seus impactos na política do País. Que consequências poderiam ser esperadas para o convívio social, as instituições representativas, os direitos individuais, a democracia, enfim, se esse novo perfil de polarização se mantiver por mais tempo ou até mesmo se consolidar durante um período? Entretanto, essa polarização radicalizada à direita poderia sobreviver à próxima eleição? A sua superação dependerá da recuperação do eleitorado que se moveu para a extrema-direita por algum partido que volte a liderar o polo da centro-direita. Depois da inexpressiva votação em 2018, além das divisões internas, o PSDB talvez não volte a ser esse protagonista. Num quadro partidário muito fragmentado e repleto de partidos médios e pequenos, que legenda poderia liderar a centro-direita no médio prazo? Enquanto isso, o PT segue com líder absoluto da centro-esquerda, mas dependente dos votos dos eleitores do centro e da centro-direita para voltar a conquistar a Presidência.

Todo esse cenário bastante complexo sugere que a competição bipolar com multipartidarismo moderado seguirá o seu curso, mas as siglas e o posicionamento ideológico dos principais competidores que fazem oposição ao PT ainda deverão provocar oscilações no padrão de competição para Presidente.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, A. C. (2021). **Fake News e as Eleições Brasileiras de 2018: O Uso da Desinformação como Estratégia de Comunicação Eleitoral**, Revista Más Poder Local, Vol. 44, pp. 81-108.
- BABIRESKI, Flávia. (2014). **As diferenças entre a direita do Brasil, Chile e Uruguai: análise dos programas e manifestos partidários**. Paraná Eleitoral: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política, vol. 3, no 1
- BARTOLINI, S., & MAIR, P. **Identity, competition and electoral availability: the stabilization of European electorates 1885-1985**. ECPR Press, 2007.
- BRAGA, Maria S. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2006.
- _____. **Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 4, p. 43-72, 2010.
- _____. **O sistema partidário eleitoral à luz da coordenação eleitoral: a relação entre o pleito presidencial e estadual no Brasil (1989- 2010)**. Trabalho apresentado no 36º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindoia, 21 a 25 de outubro, 2012.
- CAMMACK, Paul., LAVAREDA, Antônio. **A Democracia nas Urnas: O Processo Partidário Eleitoral Brasileiro** (Rio de Janeiro: Rio Fundo Editoria, 1991), pp. 187. *Journal of Latin American Studies*, v. 25, n. 3, p. 665-666, 1993.
- CODATO, Adriano; BERLATTO, Fábila; BOLOGNESI, Bruno. **Tipologia dos políticos de direita no Brasil**. *Análise Social*, v. 53, n. 229 (4, p. 870-897, 2018).
- CORTEZ, Rafael. **Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro (1989-2006)**. Tese – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009
- COX, Gary W. **Electoral institutions, and political competition: coordination, persuasion and mobilization**. In: *Handbook of new institutional economics*. Springer, Berlin, Heidelberg, 2008. p. 69-89.
- COX, Gary W. **Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems**. Cambridge University Press, 1997.
- DAALDER, Hans; MAIR, Peter (Ed.). *Western European party systems: continuity &*
- DA SILVA TAROUCO, Gabriela; VIEIRA, Soraia Marcelino; MADEIRA, Rafael Machado. **Mensuração de preferências políticas: análise de manifestos partidários**. *Política Hoje* (UFPE. Impresso), 2015
- DOURADO, T. M. (2020). **Fake News na Eleição Presidencial de 2018 no Brasil**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura

Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- GIOVANNI, Sartori. **Parties and Party Systems: a framework for analysis**. Cambridge University Press, 1976.
- GUARNIERI, Fernando. (2015). **Voto estratégico e coordenação eleitoral testando a Lei de Duverger no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 30(89), 77-92.
- GOLOSOV, Grigori V. **O número efetivo de partidos: uma nova abordagem**. Política partidária, v. 16, n. 2, pág. 171-192, 2010.
- HOLANDA, M. F. **Dois direitas no espectro ideológico dos partidos políticos brasileiros**. Anais do 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, ALACIP, Montevideu. 2019.
- JORGE, Vladimyr Lombardo; FARIA, Alessandra Maia Terra de; SILVA, Mayra Goulart da. **Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita: dilemas metodológicos e revisão da literatura**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 33, 2020.
- KATZ, R. S., & MAIR, P. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. *Party politics*, 1(1), 5-28, 1995
- KATZ, R. S., & MAIR, P. (Eds.). (1994). **How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies** (Vol. 528). Sage.
- LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. **Número "efetivo" de partidos: uma medida com aplicação na Europa Ocidental**. Estudos políticos comparados, v. 12, n. 1, pág. 3-27, 1979.
- LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **Eleições presidenciais: centralidade, contexto e implicação**. RBCS, v. 14, 1999
- LIMONGI, Fernando & CORTEZ, Rafael (2010). **As eleições de 2010 e o quadro partidário**. Novos Estudos Cebrap, n. 88, p. 21-37.
- LIMONGI, Fernando, & GUARNIERI, Fernando. (2014). **A base e os partidos: as eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização**. Novos estudos CEBRAP, (99), 5-24.
- LIMONGI, Fernando, & GUARNIERI, Fernando. (2015). **Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil**. Opinião pública, 21(1), 60-86.
- LIPSET, S.M. & ROKKAN, S. (1967). **Cleavage structures, party systems and voter alignments: An introduction**, in: S.M. Lipset & S. Rokkan (eds.), *Party Systems and Voter Alignments*. New York: The Free Press, pp. 1-64, 1967.
- MACHADO, A. **Determinants of Electoral Party Coalitions: the case of Brazil**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Florida International University, 2009.
- MADEIRA, Rafael Machado; VIEIRA, Soraia Marcelino; DA SILVA TAROUÇO, Gabriela. **Agendas, preferências, competição: PT e PSDB em disputas presidenciais**. Caderno CRH, v. 30, n. 80, p. 257-273, 2017.

- MAINWARING, S., MENEGUELLO, R., POWER, T. **Conservative Parties, Democracy, and Economic Reform in Contemporary Brazil**. In: MIDDLEBROOK, K. (ed.). *Conservative Parties, the Right, and Democracy in Latin America* Baltimore: The Johns Hopkins University Press, p. 164-222, 2000.
- MAIR, Peter. **Myths of electoral change and the survival of traditional parties: The 1992 Stein Rokkan Lecture**. *European Journal of Political Research*, v. 24, n. 2, p. 121-133, 1993.
- MAIR, Peter (Ed.). **The west European party system**. Oxford University Press on Demand, 1990.
- MAIR, Peter. **The electoral payoffs of fission and fusion**. *British Journal of Political Science*, v. 20, n. 1, p. 131-142, 1990.
- MAIR, P. **On parties, party systems and democracy: Selected writings of Peter Mair**. ECPR, 2014.
- MAIR, P. **Party system change: approaches and interpretations**. Oxford University Press, 1997.
- MAIR, Peter; MÜLLER, Wolfgang C.; PLASSER, Fritz (Ed.). **Political parties and electoral change: party responses to electoral markets**. Sage, 2004.
- MAIR, Peter; MÜLLER, Wolfgang C.; PLASSER, Fritz. **One introduction: electoral challenges and party responses**. In: *Political parties and electoral change: Party responses to electoral markets*, p. 1, 2004.
- MAIR, Peter; MÜLLER, Wolfgang C.; PLASSER, Fritz. **TEN Conclusion: Political Parties in Changing Electoral Markets**. In: *Political Parties and Electoral Change: Party Responses to Electoral Markets*, p. 264, 2004.
- MAIR, Peter; DAALDER, Hans (Ed.). **Western European party systems: continuity & change**. Sage Publications, 1983.
- MANIN, Bernard. **The principles of representative government**. Cambridge University Press, 1997.
- MELO, Carlos R. (2010). **Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 13-41.
- MELO, Carlos Ranulfo e CÂMARA, Rafael (2012). **Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil**. *Dados*, v. 55, n. 1, p. 71-117.
- MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. Paz e Terra, 1989.
- MARTINS, J. R. (Org.) (2021). **Os Militares e a Política Brasileira**. São Paulo: Alameda
- MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu**. Record, 2019.
- NASCIMENTO, J. P. D.; PERES, P. S.; KRAUSE, S.. **Formato e Dinâmica do Sistema Partidário do Rio Grande do Sul**. In: Paiva, D. e Pietrafesa. P. A. (organizadores) (2021) *Sistemas Partidários, Partidos e Eleições 1998- 2018: tendências e dinâmicas na federação brasileira*. Goiânia: Editora PUC Goiás [No prelo]

- NICOLAU, Jairo. **Partidos na República de 1946: uma réplica metodológica**. Dados, v. 48, n. 3, p. 589-608, 2005.
- _____. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.
- PAIVA, D.; TAROUÇO, G. da S. **Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores**. Opinião Pública, Campinas, SP, v. 17, n. 2, p. 426–451, 2015.
- PERES, Paulo. **AS BASES IRREALISTAS DO REFORMISMO**. Revista: Em Debate, Belo Horizonte, v.7, n.3, p.8-18, jul, 2015.
- RIBAS, Vinicius de Lara. **Dinâmicas e Formatos dos Sistemas Partidários Estaduais Brasileiros (1982-2018)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020.
- PRZEWORSKI, Adam. **Democracy as a contingent outcome of conflicts**. In: Constitutionalism and democracy. Cambridge University Press, 1988.
- ROMA, Celso. (2002) **A institucionalização do PSDB: entre 1988 e 1999**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p. 71-92.
- SANDES-FREITAS, V. E. V. **Alianças partidárias nos estados brasileiros: das coligações às coalizões de governo**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), UNICAMP, 2015.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Velhas teses, novos dados: uma análise metodológica**. Dados, v. 47, p. 729-762, 2004.
- TAROUÇO, G; MADEIRA, R. **Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual**. Revista Pós Ciências Sociais, v. 8, n. 15, 2011.
- _____. **Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil**. Revista de Sociologia e política, v. 21, n. 45, p. 149-165, 2013.
- VIZONÁ, Amanda. **Discursos eleitorais de PT e PSDB nos programas de governo e debates televisivos: ideologia, estratégias e pragmatismo**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, 2019.
- VOLKENS, Andrea et al. (Ed.). **Mapeando preferências de políticas a partir de textos: soluções estatísticas para analistas de manifesto**. OUP Oxford, 2013.
- WERNER, Annika; LACEWELL, Onawa; VOLKENS, Andrea. **Instruções de codificação do manifesto**, março de 2014. URL: <https://goo.gl/4cZMa6>, 2014.
- WIESEHOMER, N. & BENOIT, K.. **Presidents and Parties in Policy Space: Expert surveys of policy positions in 18 Latin American countries**. Trabalho apresentado no V Congresso Europeo de Latinoamericanistas, realizado em Bruxelas, de 11 a 14 de abril. 2007.
- ZUCCO, C.; POWER, T. J., **Brazilian Legislative Surveys (Waves 1-8, 1990-2017)**. Harvard Dataverse, V2, UNF: 6, 2019.

ANEXO. 1

Quadro 8 - Variáveis de Direita das Escalas RILE, Tarouco e Madeira e deste Estudo

DIREITA	RILE	Tarouco e Madeira	Modelo deste Estudo
Militar: Positivo	x	x	x
Economia de Mercado Livre	x	x	x
Protecionismo: Negativo.	x	x	x
Ortodoxia Econômica	x	x	x
Limitação do estado de bem-estar social.	x	x	x
Limitação da Educação			x
Liberdade	x		x
Lei e ordem: negativo	x		x
Moralidade tradicional: positivo	x		x
Integração latino Americana: Negativa			x
Democracia Representativa			x
Grupos de Trabalho: Negativos			x
Objetivos econômicos			x
Multiculturalismo geral: negativo			x
Modo de Vida Nacional: Imigração: Negativo			x
Relações Especiais Estrangeiras: negativo			x
Direitos indígenas: Negativas			x
Eficiência governamental e administrativa			x
Incentivos: Positivo	x	x	
Referências favoráveis à classe média e grupos profissionais	x	x	
Mente cívica positivo.	x		
Direitos humanos	x		
Constitucionalismo Positivo	x		
Autoridade Política: Positivo	x		
Modo de vida nacional	x		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CMP-MARPOR e Tarouco e Madeira, (2017)

Quadro 9 - Variáveis de Esquerda das Escalas RILE, Tarouco e Madeira e deste Estudo

ESQUERDA	RILE	Tarouco e Madeira	Modelo deste Estudo
Planejamento econômico	x	x	x
Grupos de trabalho: positivo	x	x	x
Economia controlada	x	x	x
Regulação do mercado	x		x
Protecionismo: positivo	x		x
Militar: Negativo	x		x
Internacionalismo: positivo	x		x
Democracia direta: positiva	x		x
Nacionalização	x		x
Expansão do estado de bem-estar social	x	x	
Paz	x		
Expansão da educação	x		
Democracia representativa: Positiva	x		
Democracia Geral: Positiva	x		
Anti-imperialismo: Positivo	x		
Análise Marxista		x	x
Igualdade: Positiva			x
Grupos minoritários desfavorecidos			x
Gerenciamento Keynesiano da Demanda			x
Direitos indígenas: Positivos			x
Cultura: Positiva			x
Direitos humanos			x
Lei e Ordem Negativo			x
Integração latino americana			x

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CMP-MARPOR e Tarouco e Madeira, (2017)

Especificação e Justificativa das Categorias Incluídas no Modelo deste Estudo

Os subcódigos (201_1) Liberdade e (201_2) Direitos Humanos aparecem unidos na escala RILE indicando posicionamentos à direita. Este estudo considera que analisar os textos brasileiros e internacionais dessa forma produz distorções. A apropriação das ideias relacionadas com os Direitos Humanos pelos partidos Sociais-Democratas provocou alterações nas democracias modernas, especialmente tendo em vista que essas organizações são oriundas de movimentos socialistas, mas se aproximaram do liberalismo político ao aderirem à competição democrática (MANIN, 1997; PRZEWORSKI, 1988). Por isso, é necessário separar os dois subcódigos. Na díade Igualdade e Liberdade é notório que posições de direita tenham predileção por políticas

que preservam a Liberdade e, desse modo, são contrários à intervenção do Estado. Por sua vez, a Esquerda considera que a luta pela igualdade é um elemento indiscutível, pois é uma condição indispensável à justiça social. Esses elementos normativos constituem talvez um dos principais divisores dos dois polos.

Outro problema conceitual é a aplicação do código (203), Constitucionalismo Positivo, como um indicador de pensamento de direita. Em uma perspectiva histórica internacional, a defesa da Constituição pode ser considerada a defesa do *Status Quo* e, com isso, a preservação dos interesses já estabelecidos em detrimento das novas identidades e da diversidade social e cultural propiciadas pelo contexto global de imigrações, que exigem políticas afirmativas. Porém, no Brasil, a Constituição “cidadã” foi o produto de um grande debate nacional, tendo sido responsável pela visibilidade de grupos até então excluídos. Apesar de ser considerado muito extenso, o texto constitucionalizou elementos importantes de justiça social, com a destinação de orçamento de políticas públicas para áreas de atendimento básico a população. Tendo isto em vista, o “constitucionalismo” não pode ser exclusivamente relacionado como a direita.

Outra codificação problemática envolve os indicadores usados para medir os trechos relacionados à autoridade política. Esses códigos estão divididos em três subcódigos (305_1) Autoridade Política: Competência do partido; (305_2) Autoridade Política: Competência Pessoal; e, (305_3) Autoridade Política: Governo Forte. A sua aglutinação num mesmo código de autoridade política faz sentido em outros contextos, como na emergência do Fascismo, uma vez que naqueles países existia a combinação de um líder carismático e um partido bem estruturado sob a tutela de um governo forte. Porém, ao aplicar esse código ao caso brasileiro gera incompatibilidade. Além da visão predominante na literatura sobre a tibieza dos partidos locais, a presença de “movimentos” que transcendem a esfera partidária, como o bolsonarismo, dificulta a aplicação do código. Dessa forma, a “argumentação” que ressalta as competências de um partido é cada vez menos relevante. A única exceção, talvez, é o PT.

O código Modo de vida Nacional: Positivo consiste na soma de dois subcódigos (601_1) Modo de vida Nacional: Geral e (601_2) Modo de Vida Nacional: Imigração: Negativo. Este estudo manteve a segunda parte do código, pois apesar da pouca codificação existente nos manifestos atuais, esse é um assunto corrente do debate

público e é importante para entender a nova direita do país. Já em relação ao primeiro subcódigo, “Modo de vida Nacional: geral”, a sua instrução de codificação não está relacionada ao pensamento de direita, mas sim a reivindicações nacionalista *ibis litiris*, podendo ser utilizado em discursos de todos os posicionamentos ideológicos. Uma tradição Trabalhista, por exemplo, reivindica as características nacionais, como a flora e a fauna, como aspectos de orgulho da identidade nacional. Esses elementos estão presentes no portfólio de 1998 do PT, quando Leonel Brizola ocupou o posto de vice em sua candidatura. Esse é o mesmo argumento utilizado para retirar o código (606_1) *Mente cívica geral: Positivo da análise*, pois este dá ênfase a questões genéricas, como o “espírito público” e a “solidariedade social”.

Outro código usado em RILE como marcador de direita é o (402) *Incentivos: Positivos*. Porém, as suas orientações de codificação podem ser tanto voltadas a Incentivos ao empreendedorismo, com estímulos a abertura de empresas, como à intervenção do Estado para dar subsídios a empresas e benefícios fiscais. Dessa forma, para o observador, não fica clara a distinção ideológica. Nesse sentido, o código 304, *Corrupção Política*, argumento muito utilizado como identificador da direita, principalmente na última década, também foi descartado, pois está presente tanto na esquerda —por exemplo, no programa eleitoral do PSOL 2006, com posições contrárias ao Partido dos Trabalhadores na crise do mensalão—, como na direita —como no caso do PSL, em 2018.

Em relação aos códigos adicionados em nossa escala para identificar a direita, escolhemos (702) *Grupos de Trabalho: Negativos* como marcador de posições contrárias aos sindicatos e à rede de proteção do trabalhador, como a CLT e o ministério do trabalho. Também foi incluído o código (110) *Integração latino Americana: Negativa*, que faz referência a negativas de união SUL-SUL, com a entrada ou permanência do país em blocos econômicos regionais em detrimento de operações internacionais com países ricos e/ou com afinidades ideológicas com a direita, em especial, os Estados Unidos da América.

Nos códigos adicionados à direita temos três sugestões de codificação a serem aprimoradas para detectarem o pensamento político da nova direita brasileira. Atualmente esses códigos têm poucos ou nenhuma menção nos textos, porém, se revistos os parâmetros de análise, eles podem ajudar a explicar a nuance ideológica ao

longo do tempo. Os códigos são (608_3) Direitos indígenas: Negativo, abrigando posições contrárias à marcação ou favoráveis à revogação de terras indígenas já existentes, assim como a oposição à proteção dos povos originários e à FUNAI. O código (102), Relações Especiais Estrangeiras: Negativas, por sua vez, é uma forma de captar uma postura de confronto recorrente da direita brasileira em relação aos países latino-americanos governados pela esquerda, ou em relação a organizações política e sociais específicas, como as FARC e o Foro de São Paulo.

Em relação aos códigos aplicados à escala de RILE relacionados ao pensamento de esquerda percebemos os seguintes elementos problemáticos. O código (103) Anti-imperialismo: Positivo está dividido em duas partes, (103_1) Anti-imperialismo: Influência financeira Negativo e (103_2) Anti-imperialismo: Centrado no Estado. Ao analisar a presença dessas menções nas propostas apresentadas nos planos de governo percebemos que entre as três forças mais bem votadas, nas duas eleições iniciais da nova República (1989 e 1994), o subcódigo 103_1 teve mais da metade das citações. Isso acontece, principalmente, devido à preocupação com a dívida externa internacional do país num momento histórico específico, em especial os empréstimos realizados perante o FMI. Nos governos posteriores, grande parte dos empréstimos internacionais foram quitados pelo governo brasileiro e transformados em uma “dívida interna”. Já em relação ao Anti-imperialismo centrado no Estado, não é possível considerá-la uma característica exclusiva da esquerda, dado que a sua apropriação é muito comum em candidaturas autoritárias da Direita, como, por exemplo, no caso de Enéas Carneiro (PRONA) em 1994.

Em relação ao código (202) Democracia, os termos que mencionam a democracia, são divididos em três subcódigos: (202_1) Democracia geral: Positiva; (202_3) Democracia Representativa: Positiva; e, (202_4) Democracia direta: Positiva. Entre estas “partes” existe um debate internacional, com reverberação em solo brasileiro, acerca de concepções distintas de Democracia, mais vinculadas a cada polo ideológico. A Democracia Representativa, exercida por meio dos representantes eleitos, foi concebida como uma alternativa à democracia participativa, muito relacionada à participação popular, com inspirada no modelo grego, na comuna de Paris e em textos teóricos. Desde a Constituinte, surgiu um debate opondo a representação aos instrumentos de participação direta, como plebiscitos, referendos,

consultas populares e audiências públicas. Esse debate divide esquerda e direita no país. Dessa forma a análise aplicou o código (202_3) Democracia Representativa: Positiva como pensamento de direita e, o código (202_4) Democracia direta: Positiva, como de esquerda.

A retirada dos códigos relacionados ao estado de proteção social —(504) Expansão do Estado de bem-estar social e (506) Expansão da educação—, deve-se à sua falta de aderência ao caso nacional. Posicionamentos de expansão de serviços sociais públicos ou de seguridade social aparecem tanto em partidos de esquerda como em partidos de direita. Por ser uma constante, a sua aplicação não permite classificar os discursos sem distorcer a análise.

A principal diferença no aparecimento desses códigos surge na análise qualitativa. A ampliação de serviços públicos pela direita é condicionada ao Crescimento Econômico, austeridade fiscal e o uso racionalizado dos gastos. Assim, tais temas aparecem de forma bastante acentuada juntamente com o código (305) Eficiência Governamental e administrativa, e a política econômica de direita (códigos 401, 408 e 414). Enquanto isso, o discurso de esquerda vincula a Expansão do estado de bem-estar social à luta pela Igualdade e justiça social (código 503), a preocupação com Grupos minoritários menos favorecidos (código 705), a classe trabalhadora (código 701) e o acesso a (código 502) Cultura e o lazer pela população. Dessa forma, tais códigos são uma *proxis* do pensamento favorável ou contrário à ampliação do estado de bem-estar social e, por isso, foram incluídos na escala, ao invés da aplicação direta do código 504, como nos casos do RILE e de Tarouco e Madeira (2015).

A expansão da educação, código 506, também é um tema citado com frequência pelos dois polos ideológicos — o terceiro com mais aparições no agregado dos programas. Uma explicação para isso é a existência de problemas básicos em um país pobre e desigual, como o Brasil, com deficiências graves nos índices de instrução escolar. Nesse sentido, outro marcador relacionado à necessidade de superar desafios estruturais, (código 411) Tecnologia e infraestrutura, é o segundo com mais citações em todos os programas, atrás somente de expansão do Estado de Bem-estar social (código 504).

De fato, os partidos se diferenciam nesse tema quanto às estratégias para a superação dessas dificuldades. A esquerda defende a importância do desenvolvimento

tecnológico e dos gastos públicos, uma perspectiva Keynesiana (código 409), e com projetos públicos e planejamento econômico de longo prazo (Código 404). A direita percebe esses problemas como “custo Brasil”, ou seja, gargalos de produção, armazenamento e distribuição que impedem o desenvolvimento econômico do país. Sua superação, desse modo, depende de austeridade fiscal e uma série de medidas da Ortodoxia Econômica (código 414), assim como da ampliação da liberdade individual, da redução de impostos (código 201_1), da livre iniciativa (código 401), da privatização de serviços públicos e do estabelecimento de metas econômicas governamentais que forneçam estabilidade (código 408)

Em relação aos temas adicionados à escala aplicada para identificar o pensamento de esquerda, foram adicionados o código 415 Análise marxista, por motivos óbvios, (106) Lei e Ordem Negativo, por estar ligado a pautas históricas da esquerda, como a legalização/descriminalização das drogas e contrários as posições presentes na esfera pública de maior repressão criminal, como a redução da maioria penal. O código (201_2) Direitos Humanos, explica-se por se relacionar com pautas clássicas de esquerda, como o apoio a refugiados e habitantes de comunidades carentes que presenciam constantemente cenas de violência. O código 108, Integração Latino-Americana: positivo, por sua vez, está relacionado à visão da esquerda brasileira sobre a necessidade do Brasil ser protagonista de acordos internacionais e de promover parcerias com países do CELAC, MERCOSUL e UNASUL. Outro código, (607_3) Direitos indígenas: Positivos e (per 608_3) negativos, incorpora à análise questões relacionadas com os povos originários, um tema que divide claramente a esquerda e a direita no País.

Quadro 10 - Definição dos códigos utilizados na escala Esquerda-Direita segundo o livro de códigos do CMP-MARPOR

ESQUERDA		DIREITA	
412	<p>Economia controlada: Apoio ao controle direto da economia pelo governo. Pode incluir, controle de preços e a introdução, ou aumento, de salários-mínimos.</p>	401	<p>Economia de mercado livre: Menções favoráveis ao livre mercado e a economia de mercado como modelo econômico. Pode incluir referências favoráveis ao laissez-faire e a superioridade da iniciativa privada sobre os sistemas controlados pelo Estado.</p>
406	<p>Protecionismo positivo: Menções favoráveis à extensão ou manutenção da proteção dos mercados internos (pelo manifesto ou outros países). As medidas podem incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tarifas; • Restrições de cotas; • Subsídios à exportação. 	407	<p>Protecionismo Negativo: Apoio ao conceito de livre comércio e mercados abertos. Apelo para a abolição de todos os meios de proteção do mercado (no manifesto ou em qualquer outro país).</p>
404	<p>Planejamento econômico: Alusões favoráveis ao planejamento econômico de longa data do governo, como: planos de políticas, estratégias, padrões de políticas etc.;</p>	408	<p>Objetivos Econômicos Objetivos econômicos amplos e gerais que não são mencionados em relação a nenhuma outra categoria. Declarações econômicas gerais que não incluem qualquer objetivo específico.</p>
409	<p>Gerenciamento Keynesiano da Demanda. Menções favoráveis de políticas econômicas orientadas para o lado da demanda (assistência aos consumidores em vez de empresas). Inclui, em particular, o aumento da demanda privada por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da demanda pública; • Aumento dos gastos sociais. <p>Também pode incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabilização em face da depressão; • Planos de estímulo do governo em face de crises econômicas. 	414	<p>Ortodoxia Econômica: Necessidade de formulação de políticas governamentais economicamente saudáveis de austeridade fiscal, como: a redução de déficits orçamentários; contenção de crises; corte de gastos em face das dificuldades econômicas; suporte a instituições econômicas tradicionais, como bolsa de valores e sistema bancário; suporte para moeda forte.</p>
403	<p>Regulação do mercado: Suporte para políticas projetadas para criar um mercado econômico justo e aberto. Pode incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Solicitar maior proteção ao consumidor; • Aumento da concorrência econômica, impedindo monopólios e outras ações que perturbam o funcionamento do mercado; • Defesa de pequenas empresas contra poderes perturbadores das grandes empresas; • Economia social de mercado 	505	<p>Limitação do estado de bem-estar social: Inclui, limitar gastos estatais em serviços sociais ou previdência social, menções favoráveis do princípio da subsidiária social (ou seja, atendimento privado antes do atendimento estatal);</p>
413	<p>Nacionalização: Menções favoráveis à propriedade governamental de indústrias, parciais ou completas; solicita manter as indústrias nacionalizadas em mãos do estado ou nacionalizar as indústrias atualmente privadas. Também pode incluir menções favoráveis à posse de terras pelo governo.</p>	507	<p>Limitação da Educação. Discursos que visam limitar os gastos do Estado em educação. Pode incluir; a introdução ou expansão das taxas de estudo em todos os níveis educacionais; aumentar o número de escolas particulares.</p>

505	<p>Igualdade: Conceito de justiça social e a necessidade de um tratamento justo para todas as pessoas. Isso pode incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proteção especial para grupos sociais desfavorecidos; • Remoção de barreiras de classe; • Necessidade de distribuição justa de recursos; • O fim da discriminação (por exemplo, discriminação racial ou sexual). 	201 _1	<p>Liberdade: Menções favoráveis a liberdade pessoal e contrárias a coerção estatal nas esferas da política e da economia, e burocráticas, ideia de individualismo.</p>
502	<p>Cultura: Positiva: Necessidade de financiamento estatal para instalações culturais e de lazer, incluindo artes e esportes. Pode incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A necessidade de financiar museus, galerias de arte, bibliotecas etc.; • A necessidade de estimular a mídia cultural e as atividades de lazer que valem a pena, como os clubes esportivos públicos. 	608 _1	<p>Multiculturalismo geral: negativo: A imposição ou encorajamento da integração cultural. Apelos à homogeneidade cultural na sociedade.</p>
201 _2	<p>Direitos Humanos: Menções favoráveis à importância dos direitos humanos e civis no programa eleitoral e em outros países, incluindo o direito à liberdade de expressão, imprensa, assembleia, etc. ; Pode incluir políticas de apoio aos refugiados.</p>	603	<p>Moralidade tradicional positiva: Alusões favoráveis a valores morais tradicionais e/ou religiosos e a estabilidade da família tradicional com um valor. Referências a proibição, censura ou supressão da imoralidade e comportamento impróprio</p>
605 _2	<p>Lei e Ordem: Negativo: Menções favoráveis de menos aplicação da lei ou rejeição de planos para uma aplicação mais forte da lei. Refere-se apenas à aplicação do status quo do código da lei do país do programa eleitoral. Tais como: Menos recursos para a polícia; Redução de penalidades; solicitar a abolição da pena de morte; descriminalização de drogas, prostituição etc.</p>	605	<p>Lei e Ordem: Positiva: Menções favoráveis a repressão contra crimes e aplicação rigorosa da lei. Inclui também necessidade de atitudes mais punitivas nos tribunais e aumento de recursos as forças policiais.</p>
202 _4	<p>Democracia Direta Positivo: Menções favoráveis ao sistema de democracia direta, em particular em contraste com a democracia representativa. Isso inclui a convocação para a introdução e / ou extensão de referendos, orçamentos participativos e outras formas de democracia direta.</p>	202 _3	<p>Democracia representativa Positivo: Menções favoráveis ao sistema de democracia representativa, em particular em contraste com a democracia direta. Isso inclui a proteção de instituições e atores representativos contra elementos democráticos diretos.</p>
415	<p>Análise Marxista: Referências positivas à ideologia marxista-leninista e uso específico da terminologia marxista-leninista pelo partido do manifesto.</p>	303	<p>Eficiência Governamental e administrativa: Necessidade de eficiência e economia no governo e administração e / ou apelo geral para tornar o processo de governo e administração mais barato e mais eficiente. Pode incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reestruturação da função pública; • Redução da função pública; • Melhorar os procedimentos burocráticos.
701	<p>Grupos de trabalho: Positivo: Referências favoráveis a todos os grupos laborais, classe trabalhadora e trabalhadores desempregados em geral. Apoio a sindicatos e apelo ao bom tratamento de todos os funcionários, incluindo posições favoráveis, por exemplo: a mais empregos;</p>	702	<p>Grupos de trabalho: negativos: Referências negativas a grupos trabalhistas e sindicatos. Pode enfatizar especificamente o perigo de os sindicatos 'abusarem do poder'.</p>

	boas condições de trabalho; salários justos; provisões para pensões.		
705	Grupos Minoritários Desfavorecidos: Referências favoráveis muito gerais a minorias desfavorecidas que não são definidas nem em termos econômicos nem demográficos (por exemplo, deficientes, homossexuais, imigrantes, indígenas). Inclui apenas declarações favoráveis que não podem ser classificadas em outras categorias	601 _2	Modo de Vida Nacional, Imigração: Negativo: Declaração defendendo a restrição do processo de imigração, ou seja, a recusa de novos imigrantes. Pode incluir declarações sobre: •A imigração é uma ameaça ao caráter nacional do país; •Argumento 'o barco está cheio';
108	Integração latino-americana positivo: Menções favoráveis à integração na América Latina, por exemplo, CELAC, MERCOSUL, UNASUL. Pode incluir: • Desejo do país manifesto ingressar (ou permanecer membro); • Desejo de expandir ou aprofundar a integração;	110	Integração latino-americana negativo: Referências negativas à integração na América Latina, por exemplo, CELAC, MERCOSUL, UNASUL. Pode incluir: • Oposição à adesão do país ao manifesto (ou permanência como membro); • Oposição à expansão ou aprofundamento da integração.
607 _3	Direitos indígenas: Positivos. Solicita a proteção dos povos indígenas, fortalecendo seus direitos, pode incluir: Proteção de suas terras; introdução de disposições especiais no processo democrático ou burocrático; e, Compensação por luto passado.	608 _3	Direitos indígenas: Negativos. Rejeição da ideia de proteção especial para povos indígenas.
105	Forças Armadas negativo: Referências negativas aos militares ou uso do poder militar para resolver conflitos. Referências aos 'males da guerra'. Pode incluir referências a: •Redução das despesas militares; •Desarmamento; •Redução ou abolição do alistamento obrigatório.	104	Forças armadas positivo: Referências a importância da segurança e defesa externa, aumentando gastos das forças armadas, contratação de pessoal, modernização da estrutura e ações correlatas.
107	Internacionalismo: positivo: Necessidade de cooperação internacional, incluindo cooperação com países específicos diferentes daqueles codificados em 101. Pode também incluir referências a: •Necessidade de ajuda aos países em desenvolvimento; •Necessidade de planejamento mundial de recursos; •Suporte para governança global; •Necessidade de tribunais internacionais; •Apoio à ONU ou outras organizações internacionais.	102	Relações Especiais Estrangeiras: Negativas: Menções negativas de países específicos com os quais o país do manifesto tem um relacionamento especial.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do livro de códigos do CMP-MARPOR